

Um caloteiro devoto: A contabilidade moral em *Dom Casmurro*

Bluma Waddington Vilar

Abstract. This essay studies the metaphors, comparisons, images, and situations related to the domain of money and accountancy in Machado de Assis's *Dom Casmurro*. It examines how such tropes and imagery which describe emotions and behavior express a specific view of the individual and of human actions from a moral standpoint, by incorporating the logic of economics into the moral and emotional spheres on the level of stylistics. It also reveals the association between money and sterility, wealth and annihilation of life, affluence and lack of children, of trust, of happiness, experienced by the main characters in this novel.

Este é um estudo das metáforas, comparações, imagens, reflexões e situações ligadas ao universo do dinheiro em *Dom Casmurro*. A exemplo do que já sucedia em *Memórias póstumas*, no sétimo romance de Machado de Assis, as metáforas pecuniárias também estão vinculadas ao tema do favor e ao tema mais geral das relações assimétricas, ou seja, relações em que um dos termos estabelece ou confirma uma superioridade qualquer sobre o outro. Além disso, tal repertório de metáforas contribui decisivamente para que se formule nos romances da maturidade do autor certa visão do indivíduo e das ações humanas em sua dimensão moral. A análise exposta a seguir permitiu esclarecer o efeito dessas metáforas e figuras sobre os sentimentos e a conduta que elas descrevem, evidenciando como a lógica da economia é incorporada às

esferas moral e afetiva no próprio plano do estilo. Ocorreria, portanto, uma contaminação dessas esferas por valores mercantis, e esse contágio decorreria menos dos atos das personagens e das situações por elas vividas que da linguagem utilizada pelo narrador-protagonista.

O agregado

Em termos sociais, a dívida, de natureza material ou moral, introduz assimetria na relação entre os indivíduos ou acentua desigualdade já existente. No caso do favor que um proprietário rico faz a alguém de condição social modesta ou menos privilegiada, ao torná-lo agregado em sua propriedade, a assimetria prévia é reforçada e particularizada. O agregado é inferior à classe dos proprietários em geral, mas sobretudo a um representante dela em particular, com quem fica em dívida. E uma vez devedor, sempre devedor, eis o padrão. Por mais que preste serviços ao proprietário que o acolheu, em troca desse favor, o agregado é um eterno inadimplente. A dívida situa o beneficiado em posição não apenas social, mas também moralmente menos elevada que a de seu benfeitor, dada a nobre generosidade deste em socorrê-lo.¹ Além de moralmente inferior, sua posição é irremediavelmente suspeita, como vemos na passagem a seguir, em que o narrador fala de José Dias—retirada de um capítulo que se intitula “O agregado,” à diferença dos demais capítulos dedicados às outras pessoas da casa e batizados com o nome próprio das personagens, “Tio Cosme,” “Dona Glória,” “Prima Justina”:

Teve um pequeno legado no testamento, uma apólice e quatro palavras de louvor. Copiou as palavras, encaixilhou-as e pendurou-as no quarto, por cima da cama. ‘Esta é a melhor apólice,’ dizia ele muita vez. Com o tempo, adquiriu certa autoridade na família, certa audiência, ao menos; não abusava, e sabia opinar obedecendo. Ao cabo, era amigo, não direi ótimo, mas nem tudo é ótimo neste mundo. E não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham antes do cálculo que da indole. (Assis, Dom Casmurro 73; itálicos nossos)

As palavras indicativas de apreço são “a melhor apólice.” No contexto da relação entre um agregado e seu protetor, esse tipo de metáfora, sem dúvida um lugar-comum, deixa de ser inócuo, não só recuperando expressividade, mas ganhando também especial relevância. Desse modo, o agregado José Dias equipara algo cujo valor é espiritual àquilo que representa um valor material ou, no vocabulário econômico-jurídico, um valor mobiliário, isto é, pagável

ao portador, como ações, apólices da dívida pública, letras de câmbio, notas promissórias e outros papéis ou certificados do gênero. Em suma, tudo são apólices—e tanto a apólice metafórica quanto a propriamente dita têm valor de mercado. Embora já fosse eternamente devedor do pai de Bentinho, José Dias possuía, como bom agregado, “o dom de se fazer aceito e necessário” (73) e acabou ganhando benefícios extras, não previstos no contrato original, por assim dizer, mas acrescentados graças ao testamento. Esse “pequeno legado” dá a ele o gosto, igualmente diminuto, de ser proprietário de duas apólices, uma real e outra figurada, vivendo, portanto, a experiência do credor. A primeira apólice atesta a soma devida pelo Tesouro Público; a segunda garante, por determinação testamentária do falecido patriarca, a estima devida pelos Santiagos. No entanto, sabendo-se antes de mais nada devedor, o prudente José Dias não se permite esquecer sua fragilidade enquanto credor: “[...] adquiriu certa autoridade na família, certa audiência, ao menos; não abusava, e sabia opinar obedecendo.”

No fim da passagem, o narrador adverte o leitor, confirmando a suspeita permanentemente lançada até mesmo sobre os atos e palavras mais louváveis do agregado, em decorrência da posição inferior que este ocupa: “E não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham antes do cálculo que da índole.” Tal ressalva constitui um enaltecimento da independência de espírito e um elogio indireto da dissimulação, da hipocrisia, ao menos como forma de resguardar a autonomia de pensamento numa situação de dependência material. Como estratégia de sobrevivência, o servilismo simulado está longe de ser corajoso, mas é defensável: além de requerer autocontrole e habilidade, favorece a manipulação ou, no léxico machadiano, o “cálculo,” talvez o principal recurso das personagens do autor para inverter o efeito das posições sociais, transformando controladores em controlados e momentaneamente virando em sentido oposto a assimetria da relação.

Casamentos e sorte grande

O capítulo 7, “Dona Glória,” é dedicado à mãe de Bentinho, precocemente viúva aos 31 anos, e também às lembranças vagas e falhas que o protagonista tem do pai e da vida conjugal de ambos. Nesse capítulo, destaco duas passagens. A primeira é esta:

Ora, pois, naquele ano da graça de 1857, Dona Maria da Glória Fernandes Santiago contava quarenta e dous anos de idade. Era ainda bonita e moça, mas teimava em esconder *os saldos da juventude*, por mais que a natureza quisesse

preservá-la da *ação do tempo*. Vivia metida em um eterno vestido escuro, sem adornos, com um xale preto, dobrado em triângulo e abrochado ao peito por um camafeu. (*Dom Casmurro* 62; itálicos nossos)

Aos 42 anos, restavam a Dona Glória “saldos da juventude.” Se “saldo” é, em contabilidade, a diferença entre receitas e despesas, aqui se trataria, se quiserem, do remanescente na conta da mocidade após os débitos lançados nela pelo tempo. Por isso mesmo, esse saldo é temporário, devendo desaparecer. Em *Memórias póstumas*, o tempo é figurado como “um velho diabo” que subtrai moedas do pecúlio da vida, transferindo-as para o saco da morte, enquanto registra: “—Outra de menos [...]” (Assis 185). Eis a “ação do tempo”: gasta a infância, a juventude, a idade madura, a velhice, calhando demorar mais nessa tarefa, no caso de um, e menos, no caso de outro. Daí o provisório excedente de Dona Glória no aspecto físico. O fato de a viúva Santiago estar sempre “metida em um eterno vestido escuro” não deixa de ser um modo de pôr no saco da morte, o mais eterno dos vestidos, “os saldos de juventude” restantes, abreviando assim o intervalo que ainda a separava do finado marido. Outra metáfora contábil referente à idade e à ação temporal é a utilizada pelo Conselheiro no *Memorial de Aires* para não escrever nem revelar precisamente quantos anos tem: o total exato “basta que [...] vá sendo contado pelo Tempo no livro de lucros e perdas” (Assis 159). Ou seja, por que escrever o montante da perda, se o tempo já o registra com pontualidade britânica no livro de contabilização da vida.

O vestido-ataúde da viúva Santiago, essa tentativa simbólica de reduzir a distância temporal entre ela e o falecido esposo, vinha acompanhar outra medida, da mesma natureza, para diminuir a distância espacial, corpórea, segundo observamos no começo do capítulo: Bento esclarece que a mãe, depois de enviuvar, permaneceu na cidade do Rio de Janeiro, em vez de retornar à fazendola em Itaguaí, pois “preferiu ficar perto da igreja em que [s]eu pai fora sepultado” (*Dom Casmurro* 75–76). E, permanecendo na casa de Mata-cavalos, “onde vivera os dois últimos anos de casada” (76), também preferiu o passado recente, ou seja, mais próximo. Só faltava aproximar o futuro, daí o desejo de impedir que a juventude se prolongasse, de apressar seu fim, encerrando-se num “vestido escuro, sem adornos,” cuja intenção é reiterada por um “xale preto,” “abrochado ao peito por um camafeu,” à guisa de cadeado.

Embora a fidelidade de Dona Glória ao marido se estenda além da morte e seu luto se eternize, ela está longe de desprezar a vida: concentra-se no amor ao

filho e entrega-se à administração da casa, à economia doméstica: “Lidava assim, com os seus sapatos de cordavão rasos e surdos, a um lado e outro, vendo e guiando os serviços da casa inteira, desde manhã até à noite.” E onze anos antes, ao ficar viúva, a mãe de Bentinho já havia tomado uma série de providências de natureza econômica para manter-se próxima do falecido: “Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia de prédios, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Matacavalos” (76).

A segunda passagem desse mesmo capítulo 7 que gostaria de destacar é esta outra: “Tenho ali na parede o retrato dela, ao lado do marido [...]. O que se lê na cara de ambos é que, se a felicidade conjugal pode ser comparada à *sorte grande*, eles a tiraram no *bilhete comprado de sociedade*” (76; itálicos nossos).

O narrador não deduz a “felicidade conjugal” dos pais de suas rarefeitas lembranças, conforme revela no parágrafo seguinte—“Se padeceram moléstias, não sei, como não sei se tiveram desgostos: era criança e comecei por não ser nascido” (76-77). Baseia-se sobretudo nos dois retratos pintados, na “impressão” que lhe transmitem estes, afinal, segundo ele, “valem por originais,” “[s]ão como fotografias instantâneas da felicidade” (77). A expressão dos pais de Bentinho nesses retratos da juventude é apresentada, desse modo, quase como prova documental da harmonia de seu casamento, comparando-se indevidamente a natureza posada da pintura à espontaneidade do flagrante fotográfico. Além disso, como pode o narrador afirmar a semelhança com um original remoto e falhado na memória, tanto do ponto de vista do relacionamento do casal quanto de sua aparência física?

A referência à sorte grande, ao bilhete de loteria premiado, quer em metáforas, quer em símiles, é um clichê utilizado com frequência por Machado. Em *Dom Casmurro*, aparece mais três vezes (duas comparações associadas a metáforas, no capítulo 52, “O velho Pádua,” e no capítulo 134, “O dia de sábado;” e uma metáfora no capítulo 63, “Metades de um sonho”) e duas vezes em situações que envolvem bilhetes de loteria (uma concreta, no capítulo 16, “O administrador interino,” e outra onírica, no capítulo 63, “Metades de um sonho”).

Na segunda passagem do capítulo 7, citada acima, o narrador compara a “sorte grande” (o prêmio maior da loteria) à felicidade conjugal e menciona que Dona Glória e o marido “a tiraram no bilhete comprado de sociedade.” Em sentido figurado, a expressão “tirar a sorte grande” significa tanto “enriquecer de modo repentino ou imprevisível” quanto “ser muito afortunado em determinadas circunstâncias” (*Aurélio*). O exemplo mais corriqueiro desse último significado diz respeito à instituição do casamento, segundo ilustram

nossos dicionários: “Tirou a sorte grande, com o marido que tem!” (*Aurélio*); “com aquele casamento, ele tirou a sorte grande” (*Houaiss*). Embora constituam elogios ao marido ou à mulher eleita, não é incomum ouvir tais frases no primeiro sentido, como insinuações do caráter venal, mercenário de um dos consortes. Individualmente, os futuros pais de Bentinho já haviam “tirado a sorte grande,” por terem nascido em famílias ricas. E a união de duas condições privilegiadas sem dúvida é uma fortuna ainda maior. Porém o narrador já estabelece de saída a correspondência entre “felicidade conjugal” e “sorte grande,” quando bastaria o uso do plural “eles a tiraram,” para entendermos que se trata de sentimentos sinceros e não inconfessáveis. Não há um sortudo, mas sim dois premiados na “sociedade” em questão, isto é, um casamento religioso, único com validade jurídica numa época anterior à separação entre Igreja e Estado no Brasil. O termo “sociedade,” entretanto, é comum ao direito civil e ao direito comercial.² De qualquer modo, importa ressaltar que a escolha de metáfora ligada à esfera do dinheiro cria uma ambigüidade. Pode sugerir um casamento originalmente motivado por razões de ordem econômica e de prestígio social, pois unia “Pedro de Albuquerque Santiago” (*Dom Casmurro* 75) e Maria da Glória, “filha de uma senhora mineira, descendente de outra paulista, a família Fernandes” (76). Em casamentos desse tipo, o amor é uma aposta tão incerta quanto um bilhete de loteria.

Mas a metáfora utilizada pode também indicar uma união entre criaturas já enamoradas, cujo romantismo os interesses socioeconômicos só teriam fortalecido. Em *A Princesa de Clèves*, Mme. de Lafayette explicitava: num meio como a corte de Henrique II, na França do século XVI, “l’amour était toujours mêlé aux affaires et les affaires à l’amour.”³ Casamento era em primeiro lugar um negócio, quando não um assunto de Estado. Na escolha matrimonial, guardadas as diferenças entre a nobreza quinhentista francesa e a alta burguesia brasileira do Império, considerações sociais e econômicas sempre precederam motivos de qualquer outra ordem, exceto os políticos, as razões de Estado.

Já nas uniões realizadas no seio da pequena burguesia, como é o caso dos pais de Capitu, não há fortunas a somar ou dividir, mas antes infortúnios, daí a ironia do nome da mãe da personagem, Dona Fortunata, casada com um modestíssimo funcionário público, segundo nos informa o narrador no capítulo 16:

Pádua era empregado em repartição dependente do Ministério da Guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. Demais, a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade

dele. Comprou-a com *a sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria, dez contos de réis.* (*Dom Casmurro* 88; itálicos nossos)

Com o prêmio, Pádua quis “atir[ar]-se às despesas supérfluas,” repetindo o que fizera ao substituir interinamente o administrador de sua repartição, e ganhar os honorários do novo cargo. A mulher, porém, aconselhou-o a “comprar a casa e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes.” Depois de muito hesitar, Pádua enfim cedeu ao alvitre da mãe de Bentinho, a quem Dona Fortunata apelara: não “deu jóias à mulher,” não “foi visto em teatros,” nem “chegou aos sapatos de verniz” (89), como antes. O narrador faz questão de recordar o episódio anterior, enfatizando assim a vaidade do vizinho e a solicitude materna já naquela oportunidade. A ambição tolhida do pai de Capitu e seu desejo frustrado de ostentar ficam evidentes, em todo o seu ridículo, quando ele se lastima à Dona Glória. Declara-se pronto a cometer suicídio, por não suportar a humilhação decorrente da perda de um cargo “temporário”—não admitia a vergonha de descer na escala social, retornando com a família ao patamar dos remediados.

No capítulo 52, “O velho Pádua,” o pai de Capitu, vai à casa dos Santiagos despedir-se de Bentinho, às vésperas da ida deste para o seminário. Talvez julgando haver o dedo de José Dias no cumprimento da promessa de Dona Glória, que destinara o filho à vida eclesiástica, Pádua assegura a grande estima de sua família pelo rapaz e menciona possíveis intrigas, cuja autoria acaba imputando, sem maiores sutilezas, ao agregado. Busca mostrar-se econômica e moralmente superior ao inimigo, embora menos bem-sucedido em seus propósitos: “Não, eu não sou como outros, certos parasitas, vindos de fora para desunião das famílias, aduladores baixos, não; eu sou de outra espécie; não vivo papando os jantares nem morando em casa alheia... Enfim, são os mais felizes!” (141).

Finda a esperança de que o namoro entre a filha e Bentinho prosperasse em casamento, Pádua agarra-se à possibilidade de laços postiços, extraoficiais, entre sua família e Bentinho. Não podendo ser sogro, propõe ao jovem Santiago outra associação, sem deixar de reconhecer prudentemente sua inferioridade social: “—Mas, como ia dizendo, se algum dia perder os seus parentes, pode contar com a nossa companhia. *Não é suficiente em importância,* mas a afeição é imensa, creia. *Padre que seja,* a nossa casa está às suas ordens” (141–42; itálicos nossos).

Pobres em dinheiro e prestígio, os Pádúas ofereceriam a compensação da riqueza afetiva. Para quem sempre acalentou o sonho da ascensão social, o

ingresso de Bentinho no seminário é um duro golpe: “Tinha os olhos úmidos deveras; levava a cara dos enganados, como quem empregou em um só bilhete todas as suas economias de esperanças, e vê sair branco o maldito número, —um número tão bonito!” (142).

Nada tem de inocente essa comparação com o apostador que investe tudo de que dispõe num bilhete lotérico, quantia expressa pela metáfora “todas as suas economias de esperanças,” em que o sentimento subjetivo de confiar na realização de um desejo ganha materialidade de moeda, graças ao uso do plural “economias.” O segundo plural “esperanças” apenas reitera tal concretude. Mediante a comparação e a metáfora monetárias, o narrador desqualifica a afeição propalada pelo pai de Capitu, porque, nesse caso, a esperança de tirar a sorte grande pode ter um óbvio sentido pecuniário. Daí a “beleza” do número do bilhete, tão bonito como o sonhado casamento com Bentinho ou como o próprio noivo potencial, cuja formosura é assinalada mais de uma vez.⁴ Antes, cabe lembrar, a atitude interesseira de Pádua só havia sido apontada por José Dias.⁵ Aqui, o próprio narrador endossa o diagnóstico do agregado. Reduzindo o afeto à conveniência, aviltando o pai de seu eterno objeto de amor e ódio, Dom Casmurro atinge também Capitu. Se a fruta já estava dentro da casca, se a Capitu adulta já estava na Capitu menina, aqui é sugerido precisamente se não um traço hereditário, ao menos um modelo familiar de comportamento, a influência do ambiente em que fora educada. E os maus exemplos domésticos não se limitam à figura paterna. Sugestão semelhante, embora mais sutil, também é feita em relação à mãe. No capítulo 34, “Sou homem!,” Dona Fortunata entra na sala onde Capitu e Bentinho tinham acabado de dar seu primeiro beijo, na famosa cena do penteado. Uma vez que passos no corredor tinham anunciado a aproximação da mãe, Capitu, já recomposta e sem o menor embaraço, mostra-se até capaz de zombar da inabilidade de Bentinho como cabeleireiro. Igualmente inábil em disfarçar sua comoção, o adolescente permanece mudo diante de ambas. Ao narrar o episódio, Dom Casmurro, bem mais versado, não deixa de realçar o contraste entre a perturbação, a imperícia de Bentinho e a desenvoltura, o talento dissimulador de Capitu, que não faria mais do que seguir o exemplo materno. Eis como o narrador descreve a reação de Dona Fortunata às explicações da jovem sobre o que ali se passara em sua ausência: “Olhava com ternura para mim e para ela. Depois, parece-me que desconfiou. Vendo-me calado, enfiado, cosido à parede, achou talvez que houvera entre nós algo mais que penteado, e sorriu *por dissimulação...*” (116; *italicos nossos*).

Tal mãe, tal filha. Seja herdada, seja copiada, a capacidade de autocontrole e dissimulação é a característica que o narrador procura sublinhar em Capitu, nem sempre de maneira negativa à primeira vista, embora, ao atribuir-lhe essa feição precoce, esteja preparando a futura acusação de adultério, que partirá dessa premissa do fingimento, entre outras. É inevitável lembrar a célebre advertência do pai de Desdêmona a Otelo, quando descobre que a filha casou sem seu consentimento: “Abre teus olhos, Mouro, e sê bem cauteloso: Se ela enganou o pai, pode enganar o esposo” (Shakespeare, *Otelo* 63). Ou seja, se Capitu dissimulava em menina, que dirá depois de adulta e experiente. Aliás, no capítulo 32, anterior ao do primeiro beijo e no qual o narrador formula a célebre metáfora dos “olhos de ressaca,” Bentinho fita Capitu justamente para ver se ela possuía mesmo “olhos de cigana oblíqua e dissimulada,” como afirmara José Dias.

Passemos então à “situação onírica,” que inclui um bilhete de loteria, e à “metáfora da sorte grande,” presentes no capítulo 63, “Metades de um sonho.” Esse sonho é efeito do segundo abalo que sofreu o amor de Bentinho por Capitu, com a maldosa resposta de José Dias, futuro Iago arrependido, à indagação do jovem seminarista sobre a moça: “Aquilo enquanto não pegar um peralta da vizinhança que case com ela...” Desperta assim em Bentinho “um sentimento cruel e desconhecido, o puro ciúme” (*Dom Casmurro* 157), segundo identifica o próprio narrador. Vamos ao sonho:

Quanto ao sonho foi isto. Como estivesse a espiar os peraltas da vizinhança, vi um destes que conversava com a minha amiga ao pé da janela. Corri ao lugar, ele fugiu; avancei para Capitu, mas não estava só, tinha o pai ao pé de si, enxugando os olhos e mirando um triste bilhete de loteria. Não me parecendo isto claro, ia pedir a explicação, quando ele de si mesmo a deu; o peralta fora levar-lhe a lista dos prêmios da loteria, e *o bilhete saíra branco*. Tinha o número 4004. Disse-me que esta *simetria* de algarismos era misteriosa e bela, e provavelmente a roda andara mal; *era impossível que não devesse ter a sorte grande*. Enquanto ele falava, *Capitu dava-me com os olhos todas as sortes grandes e pequenas*. A maior destas devia ser dada com a boca. E aqui entra a segunda parte do sonho. Pádua desapareceu, como as suas ‘esperanças do bilhete,’ Capitu inclinou-se para fora, eu relanceei os olhos pela rua, estava deserta. Peguei-lhe nas mãos, respunguei não sei que palavras, e acordei sozinho no dormitório. (159; *itálicos nossos*)

Ao contrário do casal Santiago—os “dois bem casados de outrora, os bem-amados, os bem-aventurados, que se foram desta para a outra vida, continuar

um *sonho* provavelmente” (76; *italico nosso*)—, ao menos na visão de Dom Casmurro, o casal Bentinho-Capitu não teve a mesma felicidade. Fadado a terminar, seu sonho amoroso é interrompido a primeira vez pela ida do rapaz para o seminário, conforme decidira sua mãe numa promessa, deliberadamente relembada por José Dias e cujo cumprimento o agregado a princípio incentiva. No sonho, o ciúme se manifesta, mas não o impede de viver um breve idílio com Capitu. Esse colóquio amoroso, exclusivamente visual, promete outro mais próximo e palatável: “Enquanto ele falava, Capitu dava-me com os olhos todas as sortes grandes e pequenas. A maior destas devia ser dada com a boca.” Mas o sonho bruscamente se interrompe, e Bentinho não obtém o prêmio maior do beijo, embora já segurasse as mãos de Capitu nas suas e estivessem sós. Essa interrupção tanto repetiria, no plano onírico, o obstáculo provisório da ida para o seminário quanto prefiguraria o fracasso definitivo da relação do casal algum tempo depois do casamento, quando o ciúme se converte em obstáculo intransponível, capaz de envenenar o amor e inviabilizar a vida conjugal. Coincidentemente, no livro, os casamentos felizes ou bem-sucedidos, ao menos do ponto de vista funcional, são aqueles em que não há assimetria socioeconômica entre os esposos, são casamentos entre pares nesse sentido particular. Nessa categoria, estariam o casal Santiago, o casal Pádua, como vimos, e, por fim, o casal Escobar. A simetria acha-se apenas no número do bilhete sonhado, 4004, não na realidade social de Bento e Capitu. Quando o sonho acaba, restam os fatos e também os equívocos reais. A simetria inexistente no plano socioeconômico na verdade poderia ser apontada no modo como se inicia e se encerra a relação amorosa dos protagonistas. Nesse caso, porém, não se trata de uma circunstância propícia à harmonia do casal, cuja relação começaria não num duo, mas sim num quarteto—Capitu-Bentinho-Dona Glória-José Dias—, e chegaria ao fim noutra quarteto, Bentinho-Capitu-Escobar-Ezequiel, talvez menos objetivo que o primeiro, exceto para Dom Casmurro.⁶

A pobreza cantada num pregão

No capítulo 18, “Um plano,” quando Bentinho enfim comunica a Capitu que entrará no seminário, sucede um episódio significativo com um vendedor ambulante de cocadas. O preto que as apregoava oferece a mercadoria a Capitu, esta recusa e manda-o embora. Bentinho ainda assim compra duas, mas termina por comê-las sozinho:

Vi que em meio da crise, eu conservava um canto para as cocadas [...]; a minha amiga, apesar de equilibrada e lúcida, não quis saber de doce, e gostava muito de doce. Ao contrário, o pregão que o preto foi cantando, o pregão das velhas tardes, tão sabido do bairro e da nossa infância:

Chora, menina, chora

Chora, porque não tem

Vintém,

a modo que lhe deixara uma impressão aborrecida. Da toada não era; ela a sabia de cor e de longe, usava repeti-la nos nossos jogos da puerfícia, rindo, saltando, trocando os papéis comigo, ora vendendo, ora comprando um doce ausente. Creio que a letra, destinada a picar a vaidade das crianças, foi que a enojou agora, porque logo depois me disse:

—Se eu fosse rica, você fugia, metia-se no pacote e ia para a Europa. (*Dom Casmurro* 93–94)

Mais uma vez, enfatiza-se a assimetria social entre a família Pádua e a família Santiago, e a consciência que tem Capitu dessa inferioridade socioeconômica e suas implicações. O episódio ecoa o fim do capítulo 52, quando Pádua, ao despedir-se do futuro seminarista, aparenta uma tristeza que o narrador maliciosamente associa (pois não o faz de forma direta como José Dias, preferindo a linguagem metafórica) à desilusão de perder a única chance de conseguir um genro rico, para sempre desperdiçado no sacerdócio. Apesar do descontrole e da franqueza de sua reação inicial à notícia, quando se enfurece contra Dona Glória, a quem chama de “beata,” “carola” e “papa-missas” (91), Capitu é bem mais controlada, inteligente e hábil que o pai. Não chora, mas fica contrariada em ver sua situação pessoal descrita num pregão, desde a infância tão familiar, tão conhecido no bairro. A inesperada semelhança expõe de forma crua e dolorosa sua condição social e sua impotência para mudá-la: para escapar às limitações materiais, culturais, sentimentais e morais por ela implicadas. Naquele momento, a oportunidade de mudança, isto é, a possibilidade de ascensão social pelo casamento, estava seriamente ameaçada.

É revelador o modo como Capitu se mostra inconformada com a resolução de Dona Glória de mandar Bentinho para o seminário e com sua própria situação: “—Se eu fosse rica, você fugia, metia-se no pacote e ia para a Europa.” Capitu não diz “nós fugíamos,” mas “você fugia.” É possível entender esse uso do “você” em lugar do “nós” como um sinal de desprendimento, de amor altruísta, pois, na ausência de uma vocação religiosa, o fundamental

seria livrar Bentinho da carreira eclesiástica. No entanto, também é possível interpretá-lo de modo essencialmente egoísta, já que a riqueza, além de poder financiar a fuga para a Europa, permitiria a Capitu dispensar orgulhosamente o casamento com um noivo rico. Nessa última hipótese, ela preferiria vingar-se da mãe de Bentinho, mediante o afastamento geográfico do filho, em vez de roubá-lo à rival casando-se com ele, ou seja, roubá-lo por intermédio da mesma Igreja a que recorrera Dona Glória para tirá-lo dela. Nesse caso, abrir mão do matrimônio com Bentinho significaria que superar sua frágil e precária condição de classe é mais importante que viver o amor pelo amigo de infância. Se Capitu fosse rica, isto é, se fosse um excelente partido, esse amor talvez não passasse de uma grande afeição, uma vez que ela teria outros pretendentes, tão ou mais cultos e endinheirados que o filho de Dona Glória. Enfim, o eleito seria de fato uma escolha, não a única salvação.⁷

No tocante à temática do dinheiro e das circunstâncias e interesses econômicos, cumpre mencionar o ensaio “*Dom Casmurro* e os farrapos de textos,” de Wellington de Almeida Santos, no qual o autor estuda “aspectos da microestrutura narrativa,” em “três áreas semânticas distintas (*status* social, erotismo e religião).”⁸ Almeida Santos comenta o episódio do vendedor de cocadas e observa que a toada do pregão atravessa toda a vida de Bento Santiago— “infância, adolescência, maturidade e a própria velhice de Dom Casmurro.” O autor discute as repetidas referências ao pregão nos capítulos 60, “Querido opúsculo,” 110, “Rasgos da infância,” e 114, “Em que se explica o explicado.” Desse último capítulo serão analisadas mais adiante duas passagens cujas metáforas econômicas importa ressaltar.

Ezequiel, herdeiro de...

Por ora, examinemos o capítulo 110, dedicado a episódios da infância de Ezequiel, ou seja, da vida dos protagonistas já casados e pais de um menino de cinco anos. Nesse capítulo, o narrador já demonstra a tendência a associar comportamentos e características do filho à mãe e a seu amigo Escobar, realçando exclusivamente semelhanças entre os três. Vejamos o segundo parágrafo do capítulo:

Aos cinco e seis anos, Ezequiel não parecia desmentir os meus sonhos da Praia da Glória; ao contrário, adivinhavam-se nele todas as vocações possíveis, desde vadio até apóstolo. *Vadio* é aqui posto no bom sentido, no sentido de *homem que pensa e cala; metia-se às vezes consigo, e nisto fazia lembrar a mãe, desde pequena*. Assim também, agitava-se todo e instava por ir persuadir às vizinhas que os doces que

eu lhe trazia eram doces deveras; não o fazia antes de farto deles, mas também os apóstolos não levam a boa doutrina senão depois de a terem toda no coração. Escobar, *bom negociante*, opinava que a causa principal *desta outra inclinação*, talvez fosse *convidar implicitamente as vizinhas a igual apostolado*, quando os pais lhe trouxessem doces; e ria-se da própria graça, e anunciava-me que o faria *seu sócio*. (*Dom Casmurro* 217; itálicos nossos)

No leque de inclinações do filho, o narrador identifica a vocação para “vadio,” num extremo, e para “apóstolo,” no outro. “Vadio” é termo cujas acepções são quase todas *negativas*, excetuando-se talvez aquela em que é sinônimo de “vagabundo,” no sentido de indivíduo “que leva uma vida errante; que vagueia,” como registra o dicionário *Aurélio* (1999). No entanto, até esse nomadismo pode ter conotações reprováveis, se pensarmos em indivíduos, grupos ou povos itinerantes, como os ciganos, e na reputação geralmente associada a eles. Na época de Machado, a palavra podia não ter caráter tão pejorativo quanto possui hoje, mas era obviamente depreciativa. Do contrário, não se justificaria a especificação: “Vadio é aqui posto no bom sentido, no sentido de homem que pensa e cala.” Se bom sentido há, decerto não é este, inventado pelo narrador—aliás, muito semelhante ao que já inventara para o termo “casmurro,” no primeiro capítulo, no qual explica o título do livro: “Não consultes dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo.”⁹

Mas, se reconhece ter “hábitos reclusos e calados,” que desagradam aos vizinhos, responsáveis por ter dado curso à alcunha de “Dom Casmurro,” por que apontar, nessa atitude de “meter-se consigo,” uma semelhança apenas com a mãe? Talvez porque, além do hábito de ensimesmar-se, refletir, que o ócio do “vadio” permitiria cultivar, estão em jogo as verdadeiras acepções do termo. Se considerarmos “vadio” o indivíduo entregue à “vadiagem,” estaremos falando de uma contravenção penal no vocabulário jurídico brasileiro contemporâneo. Sem esquecer correlatos indesejáveis como “cigano,” no sentido figurado de “indivíduo boêmio, erradio, de vida incerta” (*Aurélio*) e nos usos pejorativos de “aquele que trapaceia; velhaco, burlador” e “aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina” (*Houaiss*). Nessa passagem, então, o narrador teria encontrado uma forma oblíqua e dissimulada de repisar a definição que deu José Dias dos olhos e do caráter supostamente traiçoeiro de Capitu. E não só pela via indireta do termo “vadio.” Até quando parece designar o ato da reflexão, também está aludindo à dissimulação.

Afinal, quem “pensa” a respeito de algum assunto e “cala” sua opinião, com silêncio ou palavras, não está dissimulando? Aí residiria a diferença entre a fórmula com que descreve a si mesmo—“homem calado e metido consigo”—e a fórmula utilizada para definir Ezequiel—“homem que pensa e cala,” fórmula aplicável também a Escobar e Capitu, pois a reflexão, aqui desvirtuada em fingimento e logro, é característica creditada a ambos pelo narrador. Em suma, a primeira formulação seria moralmente neutra, por assim dizer, limitando-se ao ensimesmamento; já a segunda se revelaria ambígua, equívoca, astuciosa.

No extremo oposto ao do “vadio” no arco das vocações de Ezequiel, o narrador situa o apóstolo. Claro, se o “vadio” é o que “pensa e cala,” o apóstolo é o que crê e fala. Fala para defender a causa em que crê, seja a difusão da palavra de Deus, da fé cristã, como no caso dos doze discípulos, seja qualquer outra causa, inclusive a sua própria, o interesse pessoal e, em princípio, intransferível—ao menos até persuadir outros de que também têm a ganhar em favorecer o apóstolo, ainda que na realidade não tenham, ou que se trate de uma troca de favores, que acabará por beneficiar tanto ao pregador quanto aos que lhe derem ouvidos. Assim, o narrador conta em tom blasfematório o empenho do filho em convencer as vizinhas a provar os doces trazidos pelo pai, uma vez que já se fartara de tanto comê-los, e, desse modo, daria a eles uma utilidade, fazendo-os render: serviriam para “convidar as vizinhas a igual apostolado” e realizar o milagre da multiplicação das guloseimas. Blasfêmias à parte, como “bom negociante,” Escobar logo reconheceu o talento mercantil de Ezequiel e, com bom humor, declarou-se disposto a oferecer-lhe sociedade nos negócios. O tino comercial seria mais uma semelhança entre o filho e o melhor amigo.

Dessa maneira, o narrador-protagonista afasta habilmente as afinidades entre ele e Ezequiel que tanto o pólo do vadio quanto o do apóstolo poderiam sugerir. Recordemos o pecado capital por ele admitido no capítulo 20, vício assegurado sem maiores restrições apenas a membros da abençoada elite proprietária, como Bento Santiago: “Mas vão lá matar a preguiça de uma alma que a trazia do berço e não a sentia atenuada pela vida!” (*Dom Casmurro* 96). Salvo engano, aqui se afirma, entre outras coisas, uma vocação para vadio. Recordemos, por outro lado, o treinamento precoce para o sacerdócio católico, ainda que pouco ortodoxo, a ponto de incluir outro pecado capital e largas doses de profanação:

Em casa, brincava de missa, —um tanto às escondidas, porque minha mãe dizia que missa não era cousa de brincadeira. Arranjávamos um altar, Capitu e eu. Ela

servia de sacristão, e alterávamos o ritual, no sentido de dividirmos a hóstia entre nós; a hóstia era sempre um doce. No tempo em que brincávamos assim, era muito comum ouvir à minha vizinha: ‘Hoje há missa?’ Eu já sabia o que isto queria dizer, respondia afirmativamente, e ia pedir hóstia por outro nome. Voltava com ela, arranjávamos o altar, engrolávamos o latim e precipitávamos as cerimônias. *Dominus, non sum dignus...* Isto, que eu devia dizer três vezes, penso que só dizia uma, tal era a gulodice do padre e do sacristão. Não bebíamos vinho nem água; não tínhamos o primeiro, e a segunda viria tirar-nos o gosto do sacrifício. (81)

Ainda no capítulo 110, é preciso assinalar a exortação de Bento a Capitu: quer que ela toque para Ezequiel ao piano o pregão do vendedor de cocadas de Matacavalos. Capitu havia esquecido a toada, não guardara a melodia nem as palavras. Bento tampouco. Mas, como um professor de música em São Paulo fizera-lhe o obséquio de transcrevê-la, recorreu a esse registro, e Capitu pôde mostrar a toada ao filho: “Capitu achou à toada um sabor particular, *quase delicioso*; contou ao filho a história do pregão, e assim o cantava e teclava. Ezequiel aproveitou a música para ‘pedir-me que desmentisse o texto dando-lhe algum dinheiro’ (218; itálicos nossos).

Se a reação de Capitu foi nessa circunstância bem diversa da narrada no capítulo 18, não é difícil deduzir o motivo. “Livre da ameaça de pobreza,” como anota Almeida Santos (119), Capitu pôde não só tocá-la e cantá-la, mas também apreciá-la, achar-lhe um sabor “quase delicioso,” em vez do gosto amargo da adolescência. Ao pedir ao pai que “desmentisse o texto dando-lhe algum dinheiro,” Ezequiel repete a Capitu adolescente. Nessa “reedição,” contudo, Bento de fato corrige, desmente o texto, atendendo ao pedido, correspondendo à expectativa, ao desejo do filho, um filho que, segundo ele mesmo diz no começo do capítulo, “não parecia *desmentir* os [s]eus sonhos da praia da Glória” (*Dom Casmurro* 217; itálico nosso). Ao menos até ali.

Ainda no tocante à condição social de Capitu, Almeida Santos chama atenção para a insistência do narrador-protagonista em registrar com minúcia, em diversas ocasiões, detalhes da indumentária, dos cuidados com o corpo e a aparência, especificando acessórios e produtos utilizados pela adolescente. Eis o que diz o ensaísta ao citar e comentar tais passagens dos capítulos 32, “Olhos de ressaca,” 33, “O penteado,” 39, “A vocação” e 13, “Capitu,” nessa ordem:

No capítulo em que narra o encontro que culmina com o primeiro beijo, o narrador não deixa de ver ‘um espelhinho de pataca (perdoai a barateza) comprado a um

mascate italiano, moldura tosca, argolinha de latão' pendurado na parede da sala de Capitu. Observe-se que Dom Casmurro desculpa-se pela modéstia do 'espelhinho de pataca,' e não pela indiscrição de exibi-lo publicamente. Diante desse pobre espelhinho, Bentinho penteará Capitu, numa das cenas mais carregadas de erotismo de todo o livro, o que não impede o narrador de informar ao leitor que, para atar as duas tranças, havia em cima da mesa, 'um triste pedaço de fita enxovalhada.'

Quando Capitu vai cumprimentar o padre Cabral pelo título recebido (prototário apostólico), o narrador não deixa de anotar que ela 'trazia um vestidinho melhor e sapatos de sair', pois se tratava de uma ocasião especial.

Encerremos esta parte com a mais ampla e minuciosa descrição do corpo e dos trajes de Capitu. Dom Casmurro demora-se extasiado na contemplação [...] daquela figura tão humilde, mas tão sensual [...]:

Não podia tirar os olhos daquela criatura de quatorze anos, alta, forte e cheia, apertada em um vestido de chita, meio desbotado. Os cabelos grossos, feitos em duas tranças, com as pontas atadas uma à outra, à moda do tempo, desciam-lhe pelas costas. Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo. As mãos, a despeito de alguns ofícios rudes, eram curadas com amor; não cheiravam a sabões finos nem águas de toucador, mas com água do poço e sabão comum trazia-as sem mácula. Calçava sapatos de duraque, rasos e velhos, a que ela mesma dera alguns pontos. (119)

Dessa descrição, Almeida Santos conclui primeiramente que, embora o narrador afirme o contrário no capítulo 59, "Convivas de boa memória," sua memória não só é boa, como é capaz de, passados mais de quarenta anos, reconstituir em detalhes precisos tanto as feições e o porte da namorada quanto aspectos ligados a sua condição social, índices de sua pobreza. "A outra conclusão," acrescenta ele, "refere-se à insistência com que Dom Casmurro introduz, mesmo recordando momentos de intensa emoção vividos por Bentinho, notações relevantes sobre a situação econômica de Capitu" (120). Apesar de consciente das diferenças sociais entre ambos, ele não teria resistido à sedução da moça, segundo o crítico. A repetição dessas referências à condição social de Capitu evidenciaria não apenas a consciência que o protagonista tinha da assimetria entre eles e a importância por ele atribuída a esse fato, mas também o objetivo do narrador em repisá-lo, sobretudo se este admite, como faz no capítulo 31, "As curiosidades de Capitu," que a reiteração é um recurso eficaz no convencimento do leitor: "Há conceitos que se devem incutir na alma do leitor, à força de repetição" (*Dom Casmurro* 111). Desse modo, o narrador vai

sugerindo uma contaminação do relacionamento amoroso entre os dois pelo presumido interesse de ascensão social da parte de Capitu. Tornando uma coisa indissociável da outra, esse narrador casmurro revela ao mesmo tempo seu “parti pris,” a desconfiança que desde sempre moldou sua visão.

Em *The Brazilian Othello of Machado de Assis: A Study of Dom Casmurro* (1960), Helen Caldwell vê em Bento Santiago uma fusão das personagens shakespearianas de Otelo e Iago, ou seja, um Otelo que é Iago de si mesmo,¹⁰ e comenta, no segundo capítulo do livro, o tema do dinheiro e a forma como esse tema se apresenta, sua expressão lingüística, no romance em questão.¹¹ Diz a autora no início de sua breve e pioneira análise:

Não é somente a Escobar que Santiago atribui um excessivo interesse em dinheiro, mas também a Capitu, com sua pérola de César e as dez libras esterlinas, Pádua, José Dias e talvez até a prima Justina. Mas, e quanto a Santiago?

Iago acusa Cássio de ‘calculista,’ quando na verdade é ele, Iago, que coloca as jóias de Rodrigo na própria bolsa. As falas de Iago aludem constantemente ao assunto dinheiro. Da mesma forma, Santiago, além de suspeitar que todos têm um olho na fortuna de sua família, está sempre falando de dinheiro. Ele reduz a relação mais sagrada entre Deus e o homem ao calão dos negócios financeiros— comprar, vender, emprestar, ganhar na loteria. Ainda em tenra idade, começa a comprar favores celestes usando orações como moeda [...]. (36–37)

Santiago se importa, sim, com dinheiro, conclui Caldwell, embora só atribua tal preocupação aos outros. E a ensaísta americana lembra a passagem do capítulo 108, “Um filho,” na qual o narrador procura contrapor o pragmatismo de Escobar, para dizer o mínimo, a seu suposto idealismo, sua falta de objetividade: “[...] descíamos à praia ou ao Passeio Público, fazendo ele os seus cálculos, eu os meus sonhos” (*Dom Casmurro* 215). Aliás, atribuir apenas ao outro modos de ver, sentir e agir que também lhe são próprios é característico desse narrador casmurro. Ele assim o faz não só em relação ao interesse pecuniário, mas também em relação à curiosidade, ao ensimesmamento e à tríade cálculo, dissimulação, malícia.

Um caloteiro devoto e seu déficit moral

Há em *Dom Casmurro* um expressivo conjunto de metáforas econômicas aplicadas à esfera religiosa: o narrador-protagonista descreve a relação do indivíduo com Deus como relação de dívida. Além de criador, Deus Pai é credor.

E nós, criaturas devedoras por excelência. Entre as várias formas de endividamento possíveis, Dom Casmurro enfatiza de maneira cômica e profanadora a dívida com o céu, ou seja, com o Credor maior e definitivo. Passemos então à análise de algumas dessas metáforas pouco católicas no tratamento da matéria religiosa, mais matéria que espírito, conforme veremos.

O capítulo 20, “Mil padre-nossos e mil ave-marias,” mostra clara e exemplarmente em que termos se dá a relação de Bentinho com Deus. Por ser composto de uma sucessão de metáforas pecuniárias articuladas entre si, vai aqui transcrito na íntegra:

Levantei os olhos ao céu, que começava a embruscar-se, mas não foi para vê-lo coberto ou descoberto. Era ao outro céu que eu erguia a minha alma; era ao meu refúgio, ao meu amigo. E então disse de mim para mim:

—*Prometo rezar mil padre-nossos e mil ave-marias, se José Dias arranjar que eu não vá para o seminário.*

A soma era enorme. A razão é que eu andava *carregado de promessas não cumpridas*. A última foi de duzentos padre-nossos e duzentas ave-marias, se não chovesse em certa tarde de passeio a Santa Teresa. Não choveu, mas eu não rezei as orações. Desde pequenino acostumara-me a pedir ao céu os seus *favores, mediante orações* que diria, se eles viessem. Disse as primeiras, as outras foram *adiadas*, e à medida que se amontoavam iam sendo esquecidas. Assim cheguei aos números vinte, trinta, cinqüenta. Entrei nas centenas e agora no milhar. Era *um modo de peitar a vontade divina pela quantia das orações*, além disso, cada *promessa nova* era feita e jurada no sentido de *pagar a dívida antiga*. Mas vão lá matar a preguiça de uma alma que a trazia do berço e não a sentia atenuada pela vida! O céu fazia-me o *favor, eu adiava a paga*. Afinal *perdi-me nas contas*.

—Mil, mil, repeti comigo.

Realmente, a matéria do benefício era agora imensa, não menos que a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira. Mil, mil, mil. Era preciso *uma soma que pagasse os atrasados todos*. Deus podia muito bem, irritado com os esquecimentos, negar-se a ouvir-me *sem muito dinheiro...* Homem grave, é possível que estas agitações de menino te enfadem, se é que não as achas ridículas. *Sublimes não eram*. Cogitei muito no modo de *resgatar a dívida espiritual*. Não achava outra espécie em que, mediante a intenção, tudo se cumprisse, *fechando a escrituração da minha consciência moral sem deficit*. Mandar dizer cem missas, ou subir de joelhos a ladeira da Glória para ouvir uma, ir à Terra Santa, tudo o que as velhas escravas me contavam de promessas célebres, tudo me acudia sem se fixar de vez no espírito.

Era *muito duro* subir uma ladeira de joelhos; devia *feri-los* por força. A Terra Santa ficava muito longe. As missas eram numerosas, podiam *empenhar-me* outra vez a alma... (*Dom Casmurro* 96–97; itálicos nossos)

O capítulo principia com uma ação objetiva—o ato de olhar para o céu, que começava a ficar sombrio, coberto por nuvens escuras. Esse gesto sinaliza outro menos aparente e palpável: Bentinho não levanta somente os olhos ao céu concreto, *ergue* também a alma “ao outro céu.” O verbo erguer é o primeiro de uma série de termos designativos de ações, realidades ou características concretas, que são aplicados a objetos abstratos nesse capítulo. E, ao erguer a alma ao outro céu, ao “amigo” que julga ter em Deus, não Lhe faz um simples pedido, faz uma *promessa*, isto é, pede oferecendo uma contrapartida, propõe a Ele uma *troca*. Nesse sentido, toda promessa religiosa tem uma dimensão mercantil. E, nesse comércio com Deus, o mais freqüente talvez seja solicitar benefícios concretos, em troca de atos não menos tangíveis, como “[m]andar dizer cem missas,” “subir de joelhos a ladeira da Glória para ouvir uma, ir à Terra Santa.” Bentinho prefere algo menos público e espetacular—“rezar mil padre-nossos e mil ave-marias,” mas tal preferência não se deve à modéstia ou a qualquer outro motivo nobre. Suas razões são de natureza física—subir uma ladeira de joelhos fere o corpo—e econômica—ir à distante Terra Santa ou mandar rezar cem missas ferem o bolso, o adolescente não teria como viajar sem a autorização da mãe nem como pagar as despesas de uma viagem ou de missas encomendadas sem o custeio materno. Ainda que já fosse dono do próprio nariz e do próprio dinheiro, haveria outro obstáculo: segundo confessa o narrador-protagonista, seu pecado capital não é a avareza, mas sim a preguiça.

No conto “Entre santos,” publicado na *Gazeta de Notícias* (1886) e mais tarde recolhido em *Várias histórias* (1895), é que se trata de “*conciliar a devoção com a algibeira*” (Assis, “Entre santos” 72; itálicos nossos): ali a avareza leva à opção por esse tipo de promessa que é pago em orações. Nesse conto, então, o “usurário e avaro” Sales pede a São Francisco que salve a vida de sua mulher, cuja infecção, “uma erisipela na perna esquerda” (70), só se agravava. Para assegurar a graça, não quer se limitar a pedir e primeiro lhe ocorre prometer ao santo uma perna de cera, caso ele interceda junto a Deus pela esposa doente:

—Quando pensou em vir pedir-me que intercedesse pela vida da esposa, Sales teve *uma idéia específica de usurário, a de prometer-me uma perna de cera*. Não foi

o crente, que simboliza desta maneira a lembrança do benefício; foi o usuário que pensou em *forçar a graça divina pela expectativa do lucro*. E não foi só a usura que falou, mas também *a avareza*; porque em verdade, dispondo-se à promessa, mostrava ele querer deveras a vida da mulher—intuição de avaro; —*despender é documentar: só se quer de coração aquilo que se paga a dinheiro*, disse-lho a consciência pela mesma boca escura. Sabeis que pensamentos tais não se formulam como outros, nascem das entranhas do caráter e ficam na penumbra da consciência. Mas eu li tudo nele logo que aqui entrou [...]. (72; itálicos nossos)

Na passagem acima, Sales atribui ao próprio São Francisco um amor ao lucro semelhante ao seu, talvez porque, para o muquirana, este seja o motor da humanidade, até mesmo de sua parcela canonizada. Semelhança existe antes entre o intuito dessa personagem de “forçar a graça divina pela expectativa do lucro” e a intenção do menino Bentinho de “peitar a vontade divina pela quantia das orações.” O verbo “peitar” ainda acentua o sentido degradante já presente na promessa imaginada por Sales. Não custa recordar a acepção desse verbo aqui tornada blasfematória: “dar uma coisa (bem, valia, dinheiro etc.) para que se faça outra, ilícita; subornar com peita(s); corromper com dádivas etc” (*Houaiss*). Assim, em sua tentativa de subornar Deus, Bentinho superou Sales, mero corruptor de santos. A avareza do antecessor dificulta as coisas:

Prestes a formular *o pedido e a promessa não achava palavras idôneas, nem aproximativas, nem sequer dúbias*, não achava nada, *tão longo era o descostume de dar alguma coisa*. *Afinal saiu o pedido*; a mulher ia morrer, ele rogava-me que a salvasse, que pedisse por ela ao Senhor. *A promessa, porém, é que não acabava de sair*. No momento em que a boca ia articular a primeira palavra, a garra da avareza mordida-lhe as entranhas e não deixava sair nada. Que a salvasse... que intercedesse por ela... (“Entre santos” 73; itálicos nossos)

Sales chega a ter uma alucinação na qual vê a perna de cera e “a moeda que ela havia de custar.” Depois só enxerga a moeda de ouro, “*redonda, luzidia*,” girando e se deslocando tão rápido a ponto de parecer que, como a meia-dobra achada por Brás, “*multiplicava-se a si mesma*” (73; itálicos nossos); com uma diferença—em *Memórias póstumas*, a multiplicação simboliza lucro, um lucro moral; no conto, representa despesa, uma despesa material.

Ao fim, Sales consegue passar do pedido à promessa, uma vez que esta não implicará gastos concretos:

Aqui o demônio da avareza sugeria-lhe uma transação nova, uma troca de espécie, dizendo-lhe que *o valor da oração era superfino e muito mais excelso que o das obras terrenas*. E o Sales, curvo, contrito, com as mãos postas, o olhar submisso, desamparado, resignado, pedia-me que lhe salvasse a mulher. Que lhe salvasse a mulher, e prometia-me trezentos, —não menos, —trezentos padre-nossos e trezentas ave-marias. E repetia enfático: trezentos, trezentas, trezentos... Foi subindo, chegou a quinhentos, a mil padre-nossos e mil ave-marias. Não via essa *soma* escrita por letras do alfabeto, mas *em algarismos*, como se ficasse assim mais viva, mais exata, e a obrigação maior, e *maior também a sedução*. [...] [A] palavra saía-lhe mais rápida, impetuosa, já falada, mil, mil, mil, mil... (74; itálicos nossos)

Dessa forma, Sales entra num leilão consigo mesmo pela vida da mulher e chega a fazer um lance de duas mil orações. Mas voltemos ao romance. Por mais espiritual que se considere a tarefa proposta por Bentinho de rezar mil padre-nossos e mil ave-marias, sua duração é objetivamente longa, e sua quantificação, assim como a da promessa de encomendar missas, necessária. Ironicamente, a tarefa de Deus é impedir, por intermédio de José Dias, a ida do rapaz para o seminário e sua conseqüente ordenação, dispensando assim um futuro servidor seu, em regime de exclusividade. Na verdade, não se tornar seminarista, que dirá padre, é bem mais que uma mudança concreta de carreira, significa a possibilidade de ser feliz com a mulher amada. No início do último parágrafo do capítulo, explicita-se o valor da graça esperada aos olhos de Bentinho: “a matéria do benefício agora era imensa, não menos que *a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira*.” Reitera-se desse modo a correspondência entre elementos concretos e circunstâncias mais abstratas e espirituais. O céu acima das cabeças com sua promessa de chuva, e o futuro a ameaçar o dilúvio. Iria ele naufragar no celibato da carreira eclesiástica ou entrar na Arca com Capitu? Como já tinha afastado a possibilidade de chuva numa tarde de passeio, mediante a última promessa, não paga, de rezar quatrocentas orações, quem sabe não conseguiria um déficit pluviométrico domiciliar, evitando que seu projeto de vida a dois fizesse água?

No terceiro parágrafo, o narrador-protagonista comenta o total de orações afiançado na promessa: “A soma era enorme.” “Soma” (substantivo que designa, entre outras coisas, o resultado de uma adição, a própria operação aritmética e uma quantia de dinheiro) é aqui o primeiro termo a aliar a concretude à idéia de contabilidade. O adjetivo “carregado” enfatiza a materialidade já sugerida por “soma.” Embora a carga em questão não seja material, o particípio passado de

“carregar” acentua a idéia física de peso, como circunstância ou condição característica da matéria: uma árvore carregada de frutos, por exemplo. A gravidade do problema em sentido abstrato fica assim impregnada de seu significado concreto, newtoniano. Bentinho “andava carregado de promessas não cumpridas,” e seu futuro andava tão carregado quanto o céu ao qual levantou os olhos no momento da promessa. Enquanto céu e futuro prometiam chuva, Bentinho prometia preces, duas mil delas. Ele conta ter adquirido desde pequeno o hábito de recorrer a promessas de orações que diria, se obtivesse do céu os favores pedidos. Reconhece também sempre ter sido mau pagador, mais devoto do calote que do Altíssimo: “Disse as primeiras, as outras foram adiadas, e à medida que se amontoavam iam sendo esquecidas. Assim cheguei aos números vinte, trinta, cinqüenta.” Repare-se o uso de um verbo como “amontoar,” que imprime uma concretude espacial às orações, e note-se a enumeração de cifras específicas “vinte, trinta, cinqüenta.” O trecho seguinte já deixa clara a idéia de contabilidade, além de configurar a relação entre a personagem e Deus como um *rapport* entre devedor e credor: “Entreí nas centenas e agora no milhar. Era um modo de peitar a vontade divina pela quantia das orações; além disso, cada promessa nova era feita e jurada no sentido de pagar a dívida antiga. [...] O céu fazia-me o favor, eu adiava a paga. Afinal perdi-me nas contas.” “Perder-se nas contas,” “adiar a paga,” “promessa nova,” “dívida antiga,” “quantia das orações,” “peitar a vontade divina”—todos esses são sintagmas que mesclam à relação com Deus o mundano, o mercantil, o pecuniário e o contábil, associando abstrato e concreto. E tanto a idéia traduzida pela palavra “promessa” quanto o próprio vocábulo circulam há tempos pelo universo econômico-jurídico, segundo atestam expressões corriqueiras como “nota promissória,” “promessa de compra e venda.” A promissória, aliás, não é outra coisa senão um documento escrito que registra uma dívida, concedendo ao credor ou favorecido o direito de receber aquele valor, na data ali estipulada. Na definição do *Dicionário Houaiss*, nota ou letra promissória é uma “promessa de pagamento emitida pelo devedor em favor do credor, que deverá ser cumprida no vencimento convencionado.” O mesmo dicionário assim define o sentido religioso de “promessa”: “oferta de pagamento futuro (em orações, sacrifícios, penitências, dinheiro, ex-votos etc.) feito a Deus, à virgem Maria ou aos santos, para obter alguma graça ou benefício; voto.” O vencimento, na promessa religiosa, é logo após a obtenção da graça. Com a promessa, portanto, a graça deixa de ser de graça. E os maus pagadores, como Bentinho, sempre podem alegar que só estão restabelecendo a gratuidade da graça.

Na esfera econômica, promessa sem dívida é dívida. Aqui, obedecendo ao ditado, promessa também vira sinônimo de dívida. Desde cedo, então, o protagonista revela-se um descumpridor de promessas, ou seja, um caloteiro. Embora não o recomende ao Banco da divina Providência, tal histórico não inibe o rapaz de fazê-las. Além da necessidade de assegurar novos pedidos a Deus por meio delas, a própria existência de promessas não cumpridas leva nosso inadimplente espiritual a assumir novos compromissos que permitam saldar os anteriores: “Era preciso uma soma que pagasse os atrasados todos.” A conjectura que vem em seguida não deixa dúvida quanto à utilização da prece como meio de troca, moeda: “Deus podia muito bem, irritado com os esquecimentos, negar-se a ouvir-me *sem muito dinheiro...*” Pouco depois, vem a passagem em que a concepção de *contabilidade moral* mais se explicita: “Cogitei muito no modo de resgatar a dívida espiritual. Não achava outra espécie em que, mediante a intenção, tudo se cumprisse, fechando a escrituração da minha consciência moral sem *deficit*.” A terminologia econômica e contábil—“resgatar uma dívida,” “escrituração” e *deficit*—combina-se aos termos da esfera moral e espiritual, impondo a este campo os valores, o *modus faciendi*, os códigos de funcionamento daquela outra esfera. No plano religioso, exploram-se precisamente os aspectos mais afins com o universo econômico, como o recurso da promessa, cujo caráter mercantil sobressai graças a essa vizinhança terminológica e ao contexto despidoradamente comercial em que o narrador-protagonista a insere.

Segundo o *Houaiss*, escriturar é “anotar de maneira organizada, sistemática (contas comerciais); fazer a escrituração de,” além de “assumir obrigações e deveres por meio de escritura pública.” Simplificadamente, “escrituração” é a contabilidade, o ato de escriturar nos livros competentes, são os próprios livros e registros contábeis. A meta declarada pelo protagonista é “fecha[r] a escrituração da [sua] consciência moral sem *deficit*,” zerar as contas. A contabilidade moral presente em *Memórias póstumas* tinha objetivo semelhante, expresso pela metáfora da “equivalência das janelas.” Segundo esse princípio, “o modo de *compensar* uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência,” impedindo-a de “ficar sufocada” ou, nos termos de Bento e Brás combinados, evitando seu *deficit* respiratório. A diferença reside no fato de, em *Dom Casmurro*, as questões morais envolverem diretamente a dimensão religiosa e os valores católicos. A complicação inicial da trama, vale lembrar, baseia-se na promessa da mãe devota, a fim de assegurar o nascimento do filho, de quem faria um padre se fosse varão e

vingasse. “Um cochilo da fé,” segundo nosso advogado, teria resolvido tudo favoravelmente a ele, “mas a fé velava com o seus grandes olhos ingênuos” (*Dom Casmurro* 179). Como bem observa Therezinha Mucci Xavier, a própria geração do protagonista e narrador do livro (ou, se quisermos ser mais precisos, sua própria existência, uma vez que a intervenção divina seria posterior à concepção) deve-se a um favor de Deus (ao menos para Dona Glória).¹² Eis um fato (ou uma hipótese) que não deixa de ter conseqüências contábeis: além de revelar-se perdulário no uso do verbo prometer, Bentinho já teria nascido endividado. Com o tempo, o vício das promessas, verdadeira compulsão, rendeu-lhe elevada “dívida espiritual.” O único meio de resgatá-la, cumprindo todas as promessas pendentes, era fazer nova promessa em que “a quantia das orações igualasse ou superasse “os atrasados todos.” Desse modo, “mediante a intenção,” fórmula ideal para os que falham sempre na realização, o preguiçoso protagonista conseguiria fazer sua consciência moral sair do vermelho e ainda contar com o favor do céu num momento crítico.

Antes de mencionar outros capítulos ilustrativos da contabilidade moral que atravessa o romance, vejamos duas passagens relativas ao *valor monetário da intenção*, por assim dizer, e algumas outras localizadas nos mesmos capítulos. A primeira encontra-se no capítulo 67, “Um pecado,” no qual Bentinho confessa ter desejado, por uma fração de segundo, a morte da mãe que adoecera gravemente: “Foi uma sugestão da luxúria e do egoísmo. A piedade filial desmaiou um instante, com a perspectiva da liberdade certa, pelo *desaparecimento da dívida e do devedor*” (*Dom Casmurro* 165). Mas a passagem referente à intenção como moeda é esta outra, no fim do capítulo:

Então levado do remorso, usei ainda uma vez do meu velho meio das promessas espirituais, e pedi a Deus que me perdoasse e salvasse a vida de minha mãe, e eu lhe rezaria dous mil padre-nossos. Padre que me lês, perdoa este recurso; foi a última vez que o empreguei. A crise em que me achava, não menos que o costume e a fé, explica tudo. Eram mais dous mil; onde iam os antigos? Não paguei uns nem outros, mas saindo de almas cândidas e verdadeiras tais promessas são como a *moeda fiduciária*, —ainda que o devedor as não pague, valem a soma que dizem. (166)

Nessa passagem, o protagonista se mostra um irrecuperável quebrador de promessas, nem quando as faz por causas decisivas, por uma razão literalmente de vida ou morte como nesse caso, chega a cumpri-las. Daí o subterfúgio de valorizar a intenção de pagá-las, a pretensa sinceridade com que foram feitas.

Para isso, o narrador compara as promessas descumpridas ao engenhoso instrumento econômico da moeda fiduciária, ou seja, qualquer meio de troca, qualquer meio de pagamento, moeda, em suma, “cujo valor não decorre do valor intrínseco de um lastro (p.ex., papel-moeda, moeda metálica cunhada em liga de valor inferior ao valor de face), mas do valor que lhe é atribuído pelo órgão emissor, e que é aceite como bom pelos usuários” (*Houaiss*). Não havendo um “correspondente lastro de metal precioso em poder do emitente” como garantia, a aceitação da moeda fiduciária “se baseia na confiança” (*Aurélio*), segundo o próprio adjetivo indica.

As “almas cândidas e verdadeiras” seriam emitentes confiáveis, mais que dignas de fé, e as promessas por elas “emitidas” dispensariam o cumprimento, assim como a moeda fiduciária dispensa a garantia do lastro: “[...] ainda que o devedor não as pague, valem a soma que dizem.” O fato de nosso cândido devedor nunca as ter pagado não deve abalar a confiança na verdade de sua intenção de pagar, no valor dessa intenção, sempre sincera, segundo ele. Em vez de “intenção de pagar,” talvez fosse mais correto dizer “intenção pagadora,” pois, aos olhos de nosso sutil economista, a própria intenção já vale como pagamento. Dessa forma, o narrador inaugura a cômoda categoria das promessas religiosas que deixam a função executiva toda a cargo da outra parte, a todo-poderosa. No mundo profano, no reino das promessas civis, a incumbência assumida pode ser unilateral, não há dúvida. Mas essa unilateralidade, ao que se saiba, sempre se referiu ao lado de quem promete, não ao outro. Abolindo a reciprocidade das prestações, nosso especialista em economia espiritual eliminou a diferença entre promessa e simples pedido, ou melhor, travestiu o pedido de promessa.

Teoria dos pecados e das virtudes: a contabilidade moral

No capítulo 68, “Adiemos a virtude,” o narrador explica a conduta moral dos indivíduos por uma teoria sua:

Não só as belas ações são belas em qualquer ocasião, *como são também possíveis e prováveis*, pela *teoria que tenho dos pecados e das virtudes*, não menos simples que clara. Reduz-se a isto que cada pessoa *nasce com certo número* deles e delas, aliados por matrimônio *para se compensarem na vida*. Quando um de tais cônjuges é mais forte que o outro, ele só guia o indivíduo, sem que este, por não haver praticado tal virtude ou cometido tal pecado, se possa dizer isento de um ou de outro; mas

a regra é dar-se a *prática simultânea dos dous*, com vantagem do portador de ambos, e alguma vez com resplendor maior da terra e do céu. (*Dom Casmurro* 166; itálicos nossos)

A teoria dos pecados e das virtudes do narrador-protagonista não deixa de ser uma teoria da probabilidade. Na concepção de Dom Casmurro, a dualidade moral é inerente ao homem; somos potencialmente virtuosos e pecadores, e a imensa maioria realizará ambas as possibilidades, pois, via de regra, o que se constata é “a prática simultânea dos dois.” Tal frequência de virtudes praticadas e pecados cometidos só evidencia nossa natureza ambivalente ou, na metáfora conjugal desse capítulo, que também é *quantitativa* e *contábil*, “cada pessoa *nasce* com certo número deles de delas, aliados por matrimônio *para se compensarem na vida*.” Seja em nossas atitudes e ações tomadas em conjunto, seja em cada um delas isoladamente, há é um predomínio do bem ou do mal: “Quando um de tais cônjuges é mais forte que o outro, ele só guia o indivíduo.” Nem por isso, alguém se pode dizer “isento” de “tal virtude” ou “tal pecado.”

Recordemos o famoso capítulo 9, “A ópera,” no qual o narrador resume as palavras com que um velho tenor italiano lhe apresentou sua narrativa da criação do mundo como obra tanto de Deus quanto do Diabo. Nessa versão híbrida, a criação se converte na *mise-en-scène* de uma ópera que tem Deus como libretista, o Diabo como compositor e o planeta como palco. Satanás, jovem maestro de grande talento, é expulso do conservatório do céu, por tramar uma rebelião. Vai para o inferno levando “um libreto de ópera” escrito por Deus, mas posto de lado, uma vez que “tal gênero de recreio” pareceu ao autor “impróprio da sua eternidade.” Lá compõe a partitura que decide levar ao Altíssimo, movido pela vaidade de “mostrar que valia mais que os outros” e também pelo propósito de “reconciliar-se com o céu” (78). Pede ao Senhor que a emende e a faça executar. Caso Este a julgue “digna das alturas,” suplica-lhe que o readmita com ela em Seu reino. Deus inicialmente se recusa a ouvir a música, mas, levado tanto pela misericórdia quanto pelo cansaço, acaba permitindo que ópera seja executada fora do céu. Para isso, cria “um teatro especial, este planeta” e “uma companhia inteira,” porém se nega a ouvir qualquer ensaio. Seja reproduzindo um comentário do tenor Marcolini, seja expressando uma opinião própria, o narrador então observa: “Foi talvez um mal esta recusa; dela resultaram alguns *desconcertos* que a audiência prévia e a *colaboração amiga* teriam evitado” (79; itálicos nossos).

Embora inevitável, a colaboração, entretanto, não pode ser “amiga.” Ou não existiriam os desacordos, os “lugares em que o verso vai para a direita e a música para a esquerda,” os inúmeros trechos em que, segundo os amigos do poeta, “a partitura corromp[e] o sentido da letra e [...] é absolutamente diversa e até contrária ao drama” (79). Em suma, nas próprias palavras de Deus ao rival, no fim do conto “A Igreja do diabo”: “[...] é a eterna *contradição humana*” (Assis 42; *itálicos nossos*). Aos olhos dos “imparciais,” precisamente aí reside a “beleza da composição” (*Dom Casmurro* 79). Naquele conto de “Histórias sem data” (1884), vale lembrar, evidencia-se a necessária impureza das ações humanas: nenhum ato é totalmente virtuoso ou totalmente mau, assim como nenhum homem o é. A humanidade, portanto, seria inteiramente composta de mestiços morais cuja bondade ou cuja maldade teriam sempre caráter provisório: alguém só poderia considerar-se bom se, numa atitude ou numa ação particular, os motivos nobres preponderassem sobre os mesquinhos e egoístas, ou se sua contabilidade moral, seu balanço de pecados e virtudes registrasse saldo positivo. Do contrário, seria mau, ao menos até segunda ordem, porque só se poderia ser uma coisa ou outra interinamente.

Essa teoria da dualidade, da ambigüidade moral constitutiva do homem, proposta por Dom Casmurro no capítulo 68, não deixa de encontrar correspondência na própria estrutura narrativa do romance, uma vez que este também mostra uma ambigüidade constitutiva, organizando-se de modo que não se possa resolver a questão do adultério de Capitu. Há assim uma reduplicação no plano literário dessa concepção dinâmica da estrutura moral como estrutura ancorada numa natureza dual, ambígua, plástica. Daí a necessidade de escrituração, de registros contábeis que permitam avaliar o caráter dos indivíduos, ainda que qualquer juízo dessa espécie seja provisório.

Jeová, um Rothschild mais humano

“Um dos gestos que melhor exprimem a minha essência foi a devoção com que corri no domingo próximo a ouvir a missa em Santo Antônio dos Pobres”— assim começa o capítulo 69, “A missa.” Nele se confirmam que a consciência moral e a religiosidade do protagonista são movidas sobretudo pela culpa e pelo interesse. Bentinho vai à missa a fim de “reconciliar-[se] com Deus, depois do que se passou no capítulo LXVII” (*Dom Casmurro* 167), quando quis a morte da mãe. A passagem seguinte não só explicita a devoção interessada do rapaz, mas também torna a mesclar religião e economia em metáfora divertidamente profanadora:

Nem era só pedir-lhe perdão do pecado, era também agradecer o restabelecimento de minha mãe, e, visto que diga tudo, fazê-lo renunciar ao pagamento da minha promessa. *Jeová, posto que divino, ou por isso mesmo, é um Rothschild muito mais humano, e não faz moratórias, perdoa as dívidas integralmente, uma vez que o devedor queira deveras emendar a vida e cortar nas despesas.* (167; itálicos nossos)

Deus aqui é identificado a um homem, mais precisamente, a um banqueiro alemão de origem judaica, fundador do império bancário dos Rothschilds, com uma diferença em relação a essa figura histórica, sinônimo de capitalista internacional: a de ser “muito mais humano.” A escolha do adjetivo só torna a metáfora mais irreverente, uma vez que, além de compreensivo, piedoso, “humano,” significa o que é próprio do homem, ou designa o que não é divino. Aliás, se os banqueiros tivessem um Deus, não é improvável que fosse Rothschild. Jeová não seria um bom candidato ao título, justamente por essa “humanidade” mais pronunciada. Ou seja, Deus é um credor mais transigente e tolerante, não se limitando a dilatar o prazo de quitação das dívidas mediante moratórias, mas chegando a perdoá-las. A misericórdia divina é assim reduzida a perdão de dívidas pecuniárias, e o pecador arrependido a devedor que resolveu “cortar nas despesas.” A transposição da lógica contábil para o campo da moralidade assim se revela nesse conjunto de metáforas—Jeová como um Rothschild pouco ortodoxo em sua bondade, anticapitalista mesmo, por preferir perdoar dívidas a fazer moratórias; o pecador como devedor que precisa reduzir gastos, isto é, cometer menos faltas, e, além disso, praticar atos virtuosos em quantidade suficiente para aumentar a receita e garantir um saldo moral positivo ou ao menos equilibrar as contas.

No capítulo 80, “Venhamos ao capítulo,” a palavra “promessa” ganha outros sinônimos além de “dívida,” alternando-se com “contrato” e “letra,” ambos termos econômicos cuja proximidade de significado com “promessa,” sobretudo no sentido religioso, é nítida. Contrato é todo “pacto entre duas ou mais pessoas, que se obrigam a cumprir o que foi entre elas combinado sob determinadas condições” (*Houaiss*), a definição propriamente jurídica do termo, nesse dicionário como no *Aurélio*, supondo assim “um acordo de vontades entre as partes” envolvidas. A palavra “contrato” figura no primeiro e no antepenúltimo parágrafo do capítulo (*Dom casmurro* 178, 180). Como Dona Glória fizera a promessa sem dizer nada a ninguém, especialmente ao marido, a quem só revelaria o acerto com Deus, quando Bentinho fosse para escola (80–81), terminou enviuvando antes disso e ficando “diante do

contrato, como única *devedora*” (179). Só após a morte do esposo, não querendo separar-se do filho, mas tampouco desejando quebrar a promessa, julgou necessário “apertar o vínculo moral da obrigação, confi[ando] os seus projetos e motivos a parentes e familiares” (178). Note-se o emprego do verbo “apertar” em mais outra metáfora cujo efeito de concretização do abstrato é uma das constantes estilísticas do autor, como apontou Dirce Côrtes Riedel.¹³ Embora procurasse adiar a entrada de Bentinho no seminário, Dona Glória fazia-o, ao contrário dele, por acreditar que “promessas se cumprem” (179): seriam, no vocabulário econômico-jurídico, *contratos bilaterais*, ou seja, aqueles em que “ambas as partes têm obrigações” (*Houaiss*). Já o filho da viúva Santiago advogava promessas segundo o modelo do *contrato leonino*— “aquele em que uma das partes leva todas as vantagens, ou a maioria delas, em detrimento da(s) outra(s) partes” (*Aurélio*).

A palavra “letra” aparece no segundo parágrafo, duas vezes, quando o narrador discorre sobre esse adiamento de sua ida para o seminário:

É o que se chama, *comercialmente falando*, *reformatar uma letra*. O *credor* era *arquimilionário*, não dependia daquela quantia para comer, e consentiu nas *transferências de pagamento*, sem sequer *agrarar a taxa do juro*. Um dia, porém, um dos familiares que serviam de *endossantes da letra*, falou da necessidade de entregar o *preço ajustado* [...]. Minha mãe concordou e recolhi-me a São José. (*Dom Casmurro* 179; itálicos nossos)

Em sua visão mercantilizada da esfera religiosa e da vida como um todo, o narrador descreve tanto sua relação pessoal com Deus quanto a de sua mãe em termos comerciais, apesar da flagrante diferença de atitude entre ambos em matéria de religiosidade. Repete-se, com variações, a mesma linguagem que se apropria do vocabulário econômico em metáforas de tom comicamente sacrílego. Deus é Pai, nem por isso deixa de ser credor de seus filhos, mas um credor benévolo, porque “arquimilionário”: “[...] consentiu nas transferências de pagamento” (ao se “reformatar uma letra,” um título de dívida é substituí-lo por outro, de igual valor ou não, por ocasião do vencimento, como forma de estender o prazo para pagar) e fez isso sem aumentar os juros! Em suma, Deus é capitalista, *ma non troppo*. O movimento de concretização do plano espiritual é divertidamente envelecedor e atinge seu ponto máximo com a justificativa de que Deus podia ser pródigo, porque “não dependia daquela quantia para comer.” Essa referência ao ato concreto, fisiológico e trivial de satisfazer à fome,

ingerindo o necessário para manter-se vivo, tem óbvio efeito dessacralizante: humaniza Deus, mas também o avilta. Assim são caracterizadas, e, ao mesmo tempo, diminuídas, achincalhadas, a generosidade e a bondade divinas. Embora soe como tal, a expressão “endossantes da letra,” diga-se de passagem, não é mais uma das metáforas econômicas do trecho analisado, uma vez que “endossantes” aqui não tem qualquer relação com o sentido técnico do termo (ao menos atualmente), significando “testemunhas da obrigação” (*Dom Casmurro* 81), que estimulassem ou até mesmo forçassem Dona Glória a cumpri-la. Nessa qualidade, portanto, seriam comparáveis às figuras do avalista e do fiador.

Passemos então ao trecho desse mesmo capítulo 80 que trata do *valor de troca* da intenção. O narrador continua a especular sobre o que teria sentido e pensado sua mãe, imaginando que ela teria apostado na possibilidade de o amor entre Bentinho e Capitu tornar o filho “incompatível” com a carreira eclesiástica, levando-o a abandonar o seminário:

Neste caso, eu *romperia o contrato* sem que ela tivesse culpa. Ela ficava comigo sem ato propriamente seu. Era como se, tendo confiado a alguém a *importância* de uma *dívida* para levá-la ao *credor*, o portador guardasse o dinheiro consigo e não levasse nada. *Na vida comum*, o ato de terceiro não desobriga o *contratante*, mas a *vantagem de contratar com o céu é que intenção vale dinheiro*. (180; itálicos nossos)

Aqui, novamente, o que institui a dívida—modalidade preferencial de relacionamento com Deus para o narrador-protagonista—é um “contrato.” Ocorre-lhe a hipótese da quebra de contrato, especialidade sua já conhecida do leitor, uma quebra, porém, que eximisse a mãe de “culpa.” Como o cumprimento do contrato, o pagamento da dívida, depende tanto dela quanto dele, nosso advogado compraz-se em argumentar, aparentemente, a favor de Dona Glória, a quem atribui tal raciocínio ou, em suas palavras, a “esperança íntima e secreta” (180) de que isso viesse a acontecer. Compara o rompimento aventado à atitude do portador desonesto de ficar com o dinheiro que deveria entregar ao credor, saldando a dívida, em nome do devedor. A promessa feita para ser cumprida por terceiro também poderia ser quebrada pelo terceiro em questão, claro, sem que o proponente permanecesse em dívida. O argumento, entretanto, não se aplica à “vida comum,” na qual “o ato de terceiro não desobriga o contratante,” esclarece o narrador. Nos assuntos do espírito, segundo ele, a lógica seria outra, muito embora trate a vida espiritual da maneira mais

prosaica, mais destituída de elevação, pautando-a por critérios comerciais e sonogando-lhe honestidade, conforme ilustra a afirmativa: “[...] a vantagem de contratar com o céu é que intenção vale dinheiro.” Resta saber se ele de fato a teve alguma vez. Mas examinemos melhor essa conclusão de Dom Casmurro. Na hipótese de Bentinho romper o contrato deixando o seminário por iniciativa própria, Dona Glória não teria se limitado à *intenção* de pagar a promessa, cumprir o contratado, ela teria passado à ação, realizado o prometido, na parte que lhe cabia. Como vimos, agir sempre foi uma dificuldade do protagonista, não de sua mãe. Sendo assim, a distinção estabelecida pelo narrador entre a lógica terrena e a celestial não derivaria do raciocínio que a antecede. O exemplo do portador desonesto mascara parcialmente essa impropriedade: nesse caso, o combinado não se realiza, a dívida não se paga, porque o mediador, a terceira parte envolvida, não chega a cumprir seu papel executivo. Ao contrário do portador imaginado, Bentinho teria cumprido o seu, ao menos temporariamente, caracterizando o *ato* de pagamento da dívida pela mãe. Na verdade, nem o devedor ludibriado teria ficado só na intenção. Além disso, no exemplo proposto, a participação de terceiro não é indispensável, sendo necessariamente maior a responsabilidade do devedor.

Escobar, Capitu, idéias aritméticas e libras esterlinas

No capítulo 93, “Um amigo por um defunto,” Bentinho recebe a visita de Escobar e apresenta o rapaz à família. Ao relatar a opinião do agregado e dos familiares sobre seu novo amigo, o narrador reproduz também a conversa que manteve com eles depois que Escobar passou a freqüentar a casa:

Todos ficaram gostando dele. Eu estava tão contente como se Escobar fosse invenção minha. José Dias desfechou-lhe dous superlativos, tio Cosme dous capotes, e prima Justina não achou tacha que lhe pôr; depois, sim, no segundo ou terceiro domingo, veio ela confessar-nos que o meu amigo Escobar *era um tanto metediço e tinha uns olhos policiais a que não escapava nada*.

—São os olhos dele, expliquei.

—Nem eu digo que sejam de outro.

—*São olhos refletidos*, opinou tio Cosme.

—Seguramente, acudiu José Dias; entretanto, pode ser que a senhora Dona Justina tenha alguma razão. A verdade é que *uma coisa não impede outra, e a reflexão casa-se muito bem à curiosidade natural. Parece curioso, isso parece, mas...*

—A mim parece-me um mocinho muito sério, disse minha mãe.

—Justamente! confirmou José Dias para não discordar dela. (*Dom Casmurro* 193; itálicos nossos)

As características salientadas aqui—curiosidade e reflexão—são precisamente aquelas que o narrador procura realçar ao longo do livro em Capitu e, no caso da tendência reflexiva, também em Ezequiel. Vale recordar uma passagem do capítulo 31, “As curiosidades de Capitu”:

Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, *mais mulher do que eu era homem*. Se ainda o não disse, aí fica. Se disse, fica também. *Há conceitos que se devem incutir na alma do leitor, à força de repetição.*

Era também mais curiosa. As curiosidades de Capitu dão para um Capítulo. Eram de vária espécie, explicáveis e inexplicáveis, assim úteis como inúteis, umas graves, outras frívolas; gostava de saber tudo. (111; itálicos nossos)

Além da curiosidade e do destemor de Capitu, o narrador-protagonista sublinha aqui sua própria estratégia narrativa: incutir no leitor conceitos “a força de repetição,” conforme assinalado em seção anterior deste capítulo. À característica meditativa acresce, como vimos, a argúcia de Capitu, Escobar e Ezequiel no trato com o dinheiro. Quanto ao filho de Bento e Capitu, já se comentou aqui o capítulo 110, “Rasgos da infância.” O capítulo 106, “Dez libras esterlinas,” ilustra bem esse aspecto, no que se refere a Capitu, e a associa secretamente a Escobar numa transação financeira, conferindo “força de repetição” ao capítulo 113, “Embargos de terceiro,” no qual Bento encontra o melhor amigo em sua casa, ao voltar de uma ópera no fim do primeiro ato, pois estaria preocupado com a mulher que, adoecida, não o acompanhara. O narrador-protagonista inicia o capítulo 106 dizendo que Capitu era “poupada [...] não só de dinheiro mas também de coisas usadas, dessas que se guardam por tradição, por lembrança ou por saudade,” e cita o exemplo de uns sapatos dela quando criança, “os últimos que usou antes de calçar botinas.” Em seguida, anuncia: “Quanto às puras economias de dinheiro, direi um caso e basta” (211). O caso consiste nas dez libras esterlinas que Capitu juntara em segredo, “sobras do dinheiro” que recebia do marido “mensalmente para as despesas” (212). A reação de Bento contrasta com a austeridade monetária de Capitu, como se só ela desse importância ao dinheiro e ele valorizasse mais a iniciativa de ajudar no orçamento doméstico que a quantia assim gerada:

—Não é muito, dez libras só; é o que a avarenta de sua mulher pôde arranjar, em alguns meses, concluiu fazendo tinir o ouro na mão.

—Quem foi o corretor?

—O seu amigo Escobar.

—Como é que ele não me disse nada?

—Foi hoje mesmo.

—Ele esteve cá?

— Pouco antes de você chegar; eu não disse para que você não desconfiasse.

Tive vontade de gastar o dobro do ouro em algum presente comemorativo, mas Capitu deteve-me. Ao contrário, consultou-me sobre o que havíamos de fazer daquelas libras. (212)

E Bento acaba por tornar ocioso o esforço de Capitu, pois primeiro dispensa as economias afirmando que são dela e, diante da réplica da mulher de que eram do casal, confia-lhe a guarda das libras, em vez de utilizá-las.

Ainda no capítulo 93, é preciso destacar alguns pontos: os elogios enfáticos de Escobar à mãe de Betinho, seu manifesto interesse no patrimônio imobiliário e nos escravos da viúva Santiago, além da tendência a ostentar, até mesmo certo prazer nisso, da parte de Bentinho, que não só vai apontando e identificando um por um os negros de propriedade da família, mas também sai enumerando os imóveis de Dona Glória, como quem faz um inventário de todos esses bens:

Contei-lhe o que sabia da vida dela e de meu pai. Escobar escutava atento, perguntando mais, pedindo explicação das passagens omissas ou só escuras. Quando eu lhe disse que não me lembrava nada da roça, tão pequenino viera, contou-me duas ou três reminiscências dos seus três anos de idade, ainda agora frescas. E não contávamos voltar à roça?

—Não, agora não voltamos mais. Olhe, aquele preto que ali vai passando, é de lá. Tomás!

—Nhonhô!

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

—É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

—Está socando milho, sim, senhor.

—Você ainda se lembra da roça, Tomás?

—Alembra, sim, senhor.

—Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

—Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, e só então reparei nisto; apontei ainda outros escravos [...].

—E estão todos aqui em casa? perguntou ele.

—Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados. Não era possível ter todos em casa. Nem são todos os da roça: a maior parte ficou lá.

—O que me admira é que D. Glória se acostumasse logo a viver, em casa da cidade, onde tudo é apertado; a de lá é naturalmente grande.

—Não sei, mas parece. Mamãe tem outras casas maiores que esta; diz porém que há de morrer aqui. As outras estão alugadas. Algumas são bem grandes, como a da Rua da Quitanda...

—Conheço essa, é bonita.

—Tem também no Rio Comprido, na Cidade-Nova, uma no Catete...

—Não lhe hão de faltar tetos, concluiu ele sorrindo com simpatia. (194–95)

Tanto essa conversa se assemelha a um inventário informal, que, no capítulo seguinte, Escobar calcula de cabeça não o valor das casas, mas de seu aluguel, a pretexto de provar a superioridade das “idéias aritméticas” e sua destreza em manejá-las: “—Por exemplo... dê-me um caso, dê-me uma porção de números que eu não saiba nem possa saber antes... olhe, dê-me o número das casas de sua mãe e os aluguéis de cada uma, e se eu não disser a soma total em dois, em um minuto, enforque-me!” (196).

Escobar alia a inclinação comercial à habilidade para a matemática, fato que os capítulos 94, “Idéias aritméticas,” e o 96, “O substituto,” evidenciam. No capítulo 94, citado acima, assinalem-se ainda estas outras passagens:

Não digo o mais, que foi muito. *Nem ele sabia só elogiar e pensar, sabia também calcular depressa e bem [...].* Não se imagina a facilidade com que ele somava ou multiplicava de cor [...]. A vocação era tal que o fazia amar os próprios sinais das somas, e tinha esta opinião que os algarismos, sendo poucos, eram muito mais conceituosos que as vinte e cinco letras do alfabeto.

—[...] Mas onde *a perfeição é maior é no emprego do zero. O valor do zero é, em si mesmo, nada; mas o ofício deste sinal negativo é justamente aumentar.* Um 5 sozinho é um 5; ponha-lhe dous 00, é 500. Assim, *o que não vale nada faz valer*

muito, cousa que não fazem as letras dobradas, pois eu tanto aprovo com um p como com dous pp. (195–96; itálicos nossos)

Assim como um agregado, que depende da família à qual se vincula, e, ao vincular-se, comprova o *status* ou o valor social desta, o algarismo zero adquire valor quando posto à direita de outro algarismo ao mesmo tempo que confere valor a esse algarismo. Além disso, quanto mais hábil e perspicaz, mais esse agregado “faz valer” sua associação a proprietários ricos. Noutras palavras, aquele que socialmente nada vale se beneficia da vizinhança, da proximidade com aquele que tem valor socioeconômico. Escobar é como um zero que valoriza a si próprio ao se aproximar de proprietários ricos como Bento Santiago e sua mãe. Tanto há uma equivalência entre o procedimento de Escobar, a “amizade” que cultivava com Bentinho, e o comportamento de alguém que se associa, como agregado, a uma família rica, que essa analogia é sugerida no início do capítulo 95, “O papa”: “A amizade de Escobar fez-se grande e fecunda; a de José Dias não lhe quis ficar atrás” (197). Nesse capítulo, aliás, José Dias diz a Bentinho ter encontrado um meio de fazê-lo sair de vez do seminário—iriam os dois a Roma “pedir a absolvição do papa” (198). Ao detalhar seu plano, José Dias mescla considerações pecuniárias a outras religiosas e formais:

—Quem tem boca vai a Roma, e boca no nosso caso é a moeda. Ora, você pode muito bem gastar consigo... Comigo, não; um par de calças, três camisas e o pão diário, não preciso mais. Serei como São Paulo, que vivia do ofício enquanto ia pregando a palavra divina. Pois eu vou, não pregá-la, mas buscá-la. Levaremos cartas do internúncio e do bispo, cartas para o nosso ministro, cartas de capuchinhos... Bem sei a objeção que se pode opor a esta idéia; dirão que é dado pedir a dispensa cá de longe; mas, além do mais não digo, basta refletir que é muito solene e bonito ver entrar no Vaticano e prostrar-se aos pés do papa o próprio objeto do favor, o levita prometido, que vai pedir para sua mãe terníssima e dulcíssima a dispensa de Deus. (198; itálicos nossos)

Referindo-se ao poder de conquista de quem sabe se comunicar, o conhecido provérbio aqui troca o poder da comunicação pelo poder do dinheiro, que fala mais alto —a boca, no caso deles, é a moeda que não os levaria apenas a uma Roma metafórica, mas à Roma propriamente dita, ao Vaticano, facilitando, pela posição socioeconômica dos Santiagos, a obtenção de “cartas do internúncio e do bispo” e financiando a viagem que daria pompa e apelo

dramático ao pedido de dispensa, e, ao mesmo tempo, realizaria o sonho de José Dias de ir à Europa.

Graças à reflexão e ao talento para os negócios de Escobar, encontra-se a efetiva solução para tirar Bentinho do seminário e cancelar seu futuro eclesiástico, sem descumprir o prometido por sua mãe. Na verdade, Escobar altera parcialmente o teor da promessa, despersonalizando não o alvo da graça, mas o objeto destinado ao sacerdócio. Recordemos o conteúdo original da promessa: “Tendo-lhe nascido morto o primeiro filho, minha mãe pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na igreja” (80). Vejamos a solução proposta por Escobar no capítulo 96, “Um substituto”:

—Não, Bentinho, não é preciso isso. Há melhor, —não digo melhor, porque o Santo Padre *vale sempre mais que tudo*, —mas há coisa que produz o mesmo efeito.

—Que é?

—Sua mãe fez promessa a Deus de lhe dar um sacerdote não é?

Pois bem, dê-lhe um sacerdote, que não seja você. Ela pode muito bem tomar a si algum mocinho órfão, fazê-lo ordenar à sua custa, está dado um padre ao altar, sem que você...

—Entendo, entendo, é isso mesmo.

—Não acha? continuou ele. Consulte sobre isto o protonotário: ele lhe dirá se não é a mesma coisa, ou eu mesmo consulto, se quer e se ele hesitar, fala-se ao Sr. bispo.

Eu, refletindo:

—Sim, parece que é isso; realmente, a promessa cumpre-se, não se perdendo o padre. (200)

Escobar faz referência à proposta de José Dias como quem fala de dinheiro: do mesmo modo que a nota de valor mais alto na escala monetária, o papa, “vale sempre mais que tudo,” mas não é preciso tanto para conseguir o que se deseja, com bem menos já se obtém a dispensa almejada. Analogamente, Bentinho vale mais na hierarquia social que um “mocinho órfão,” e é mais valioso para sua mãe que qualquer outro adolescente; mas para ser padre, basta ser homem. Assim, depois de reformulada por Escobar, a promessa passa a ter um custo menor. Do ponto de vista propriamente econômico, o amigo seminarista ainda argumenta que o custo seria equivalente: “Escobar observou que, *pelo lado econômico*, a questão era fácil; minha mãe *gostaria o mesmo* que comigo, e um órfão não precisaria grandes comodidades. Citou a soma dos aluguéis das casas, 1.070\$000, além dos escravos...” (200; *italicos nossos*).

Obviamente, essa solução implica um gasto adicional, que é o de sustentar alguém de fora da família. De qualquer modo, toda a argumentação de Escobar, assim como sua idéia de saída, já estão impregnadas da lógica econômica. A passagem acima, e o anúncio que a ela se segue de que Escobar deixaria o seminário junto com Bentinho, porque sua intenção era tornar-se comerciante, apenas confirmam tal orientação: “—Vou melhorar o meu latim e saio; nem dou teologia. O próprio latim não é preciso; para que no comércio?” (200).

O purgatório como casa de penhores

No capítulo 114, “Em que se explica o explicado,” o narrador-protagonista recorda mais uma vez o artifício por ele usado, já como estudante de direito em São Paulo, “para não faltar ao juramento” (*Dom Casmurro* 223) feito a Capitu, quando ainda estava no seminário e juraram um ao outro não esquecer o pregão cantado por um vendedor ambulante: recorreu a um professor de música, que lhe escreveu a toada num pedaço de papel.

O *Dicionário Houaiss*, cujo verbete “juramento” decalca parcialmente o de “serment” do “Petit Robert,” assim define o termo: “[...] afirmação ou promessa solene que se faz invocando como penhor de sua boa-fé um valor moral reconhecido.” Segundo o *Caldas Aulete*, dicionário que Machado consultava, juramento é “a fórmula com que se jura, promete ou afirma tomando a Deus por testemunha ou invocando o nome de coisa que se reputa sagrada.” O narrador considera-o uma categoria imoral de promessa, uma vez que “ninguém sabe se há ou não de manter um juramento.” “Cousas futuras!” (*Dom Casmurro* 223), exclama ele, enfatizando, com essa expressão bíblica, a impossibilidade de controlar o que está por vir, assim como os limites da própria memória. O juramento, quer se atribua a ele caráter religioso, quer não, só garantiria a sinceridade de quem o faz, sua intenção de honrá-lo. Por tomar Deus como testemunha, ou invocar um valor moral reconhecido como garantia, em princípio, oferece mais segurança quanto a seu cumprimento que a promessa e, por isso mesmo, seria moralmente mais condenável. Na verdade, só a simples afirmação seria de fato honesta nessa perspectiva: “Portanto, a nossa constituição política, transferindo o juramento à afirmação simples, é profundamente moral. Acabou com um pecado horrível” (223).

No início da digressão, o narrador tacha de “pecado horrível” assegurar a realização de alguma coisa sobre a qual não se tem tal controle e que pode perfeitamente levar quem jura a descumprir sua palavra. No juramento, não há mentira no sentido do logro, do embuste, mas tanto esse tipo de promessa

quanto qualquer outro, que não dependa exclusivamente da vontade e da determinação de quem as faz, seriam mentirosos, ao menos potencialmente. Ao jurarem não esquecer a toada, Capitu e Bentinho teriam mentido. Até pelo fato de ter pedido que lhe transcrevessem a toada enquanto ainda a recordava, o protagonista acabou por esquecê-la. Ao fingir não ter esquecido o pregão, teria mentido uma segunda vez e acusa-se por isso: “Mas há de crer que, quando corri aos papéis velhos, naquela noite na Glória, também me não lembrava já da toada nem do texto? *Fiz-me de pontual ao juramento, e este é que foi o meu pecado; esquecer, qualquer esquece*” (223; itálicos nossos).

O narrador prossegue na orientação religiosa que dá à discussão, associando mais uma vez a moral à economia e à contabilidade:

Faltar ao compromisso é sempre infidelidade, mas a alguém que tenha mais temor a Deus que aos homens não lhe importará mentir, uma vez ou outra, desde que não mete a alma no purgatório. Não confundam purgatório com inferno, que é o eterno naufrágio. Purgatório é uma casa de penhores, que empresta sobre todas as virtudes, a juro alto e prazo curto. Mas os prazos renovam-se, até que um dia uma ou duas virtudes medianas pagam todos os pecados grandes e pequenos. (223–24; itálicos nossos)

Dom Casmurro admite então que até mesmo um indivíduo temente a Deus não se incomodaria em mentir “desde que não mete a alma no purgatório.” Como já se assinalou antes, esse é mais um exemplo de metáfora concretizadora, procedimento caro ao autor e que já prepara a metáfora pecuniária do purgatório como casa de penhores, metáfora essa que se desdobra até encerrar o capítulo. Embora tal ressalva que consente na mentira venha logo após uma referência à infidelidade de faltar a um juramento, parece antes referir-se à mentira de tê-lo cumprido, à simulada pontualidade do protagonista. A metáfora pecuniária desse capítulo envolve um novo tipo de contrato—o empréstimo obtido em casa de penhor, isto é, “um estabelecimento que empresta dinheiro a juros, recebendo, como garantia, objetos de valor” (*Houaiss*). Nessa concepção do purgatório, as virtudes são os itens de valor, deixados em garantia do empréstimo que se destina a pagar as dívidas dos pecados. Se, na linguagem comum, a expressão “pagar os pecados” significa sofrer as conseqüências de algum ato praticado, expiar alguma falta ou simplesmente padecer, aqui sugere uma compensação contábil: o crédito proveniente das virtudes salda o débito constituído pelos pecados, numa equivalência que

pouco tem a ver com a realidade econômica do mercado, como se os juros se acumulassem em proveito do devedor e não contra ele.

Conclusão

No livro *Metáfora, espelho de Machado de Assis* (1974), Dierce Côrtes Riedel dedica um breve e agudo capítulo, intitulado “Lucros e perdas,” a comentar em *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires* o mesmo campo temático aqui discutido:

Na curva da frequência dos motivos machadianos, um lugar de realce é ocupado pela idéia de ‘contrato’ e de ‘promessa,’ a qual rege o comércio dos homens. Obrigações para com Deus, para com a sociedade, para com a consciência; promessas feitas com fervor, ou meramente convencionais; letras reformadas com ou sem juros, contratos rompidos ou mantidos...

A solução temporária do que parece ser, à primeira vista, a complicação do enredo, vem por intermédio de um sacerdote, o protonotário Cabral, que acha um meio: se, no fim de dois anos, Bentinho não revelasse vocação eclesiástica, seguiria outra carreira. A concessão clerical sugere a barganha, com a relevação da dívida, e o narrador opera metaforicamente, com jogos de palavras da área semântica ‘débito/crédito’—‘Era uma concessão do padre. Dava à minha mãe um perdão antecipado, fazendo vir do credor a relevação da dívida.’

É à base de tais transações que se vai desenrolando a história de D. Casmurro, o qual, como narrador, compõe a estória do romance: negocia-se o pagamento das dívidas, inventando-se caminhos vários, para que as consciências se mantenham tranqüilas e íntegras. (73, 75–76)

As observações da autora nesses parágrafos já foram suficientemente comprovadas aqui. Convém enfatizar, no entanto, a finalidade das transações que pontuam o romance, segundo Riedel: visam a manter as consciências “tranqüilas e íntegras.” Desse modo, *as idéias afins de promessa, contrato, favor, dívida, todas as transações, enfim, que dominam a interação das personagens em Dom Casmurro estariam subordinadas à idéia de contabilidade moral, eis uma das hipóteses de leitura que gostaria de sugerir*. Entre os capítulos que mais explicitam essa contabilidade, destaco o 20, o 68, o 69 e o 114, todos comentados aqui.

Previsível em autobiografias ou ficções de autobiografia, a idéia de balanço, de contabilidade é mais abrangente em *Dom Casmurro*, estendendo-se ao plano metalingüístico, metanarrativo, tão caro ao autor nos romances da segunda fase.

Na seção intitulada “contabilidade narrativa,” do capítulo dedicado a *Dom Casmurro*, em seu livro *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX* (2004), Hélio Guimarães observa que “a materialidade do processo literário está representada de maneira bastante explícita” nessa obra, com a peculiaridade de um narrador empenhado em *quantificar e atribuir valor pecuniário* a tal processo, vinculando, desse modo particular, a escrita a considerações editoriais e recepcionais:

O procedimento metadiscursivo consiste em participar o leitor das escolhas realizadas para a arquitetura do relato em função das implicações disso sobre o tamanho, a apresentação e até mesmo o preço que as palavras e os episódios narrados terão ao chegar a sua forma final [...]. Essas ponderações não se fazem em torno de questões estéticas ou morais, mas à luz do número de páginas ou capítulos que a narração de um determinado fato viria a ocupar. A quantificação [...] evidencia a necessidade de pesar bem o interesse da história em função do tempo que ela tomará do leitor. (225)

Daí o escrúpulo comercial do narrador-autor na seguinte passagem: “[...] se alguém tiver de ler o meu livro com alguma atenção mais da que lhe exigir o preço do exemplar, não deixe de concluir que o diabo não é tão feio como se pinta” (*Dom Casmurro* 192; itálico nosso). A materialidade do livro aparece aqui mais explicitamente ligada ao dinheiro e ao comércio, trata-se do livro como produto suscetível de ser vendido a um comprador, ao qual em princípio deve agradar e não repugnar. O capítulo 92, que já traz no título o provérbio citado, encerra uma série em torno da morte penosa e da existência não menos sofrida de Manduca, vizinho pobre e leproso do protagonista na adolescência. É como se Dom Casmurro não quisesse quebrar o “contrato” com esse leitor-comprador que espera uma narrativa cujo interesse ou cuja capacidade de sedução seja no mínimo proporcional ao preço pago pelo livro. Na infância e na adolescência, ele descumpria todos os contratos firmados com Deus em suas promessas. Depois de adulto e casado, aparentemente, honra seus compromissos, ao contrário da esposa, segundo acredita e quer fazer crer. Assim, a tendência de concretização do abstrato, assinalada por Riedel no plano do estilo, também se verifica em diversos planos temáticos, incluindo o da metalinguagem, em sentido amplo. No nível do conteúdo, qualquer que seja o plano temático, a tendência à concretização, a ênfase na materialidade estão associadas ao dinheiro, ao valor pecuniário, ao aspecto mercantil. Se esse

é o aspecto decisivo, o empenho em “concretizar” o mundo espiritual, moral e afetivo, assimilando-o ao material, corresponderia ao desejo de tornar seus elementos, suas realidades, mais fácil ou claramente *avaliáveis*.

Tudo o que se expôs até aqui ilustra bem a afirmação de Paul Dixon, em seu fundamental *Retired Dreams: Dom Casmurro, Myth and Modernity* (1989): “In Machado’s novel, money comes into play both literally and figuratively. In either case, its symbolism is supercharged: it becomes a matter of life and death.”¹⁴ Uma das ocasiões em que isso acontece é precisamente quando se encontra um meio de honrar a promessa de Dona Glória sem sacrificar Bentinho. Como salientou Dixon, ao custear o seminário e a ordenação de um órfão no lugar do filho, a mãe do protagonista: “[...] pays off her figurative debt in literal currency.”¹⁵ Sem esquecer outros exemplos nos quais se trata literalmente de vida ou morte, e não apenas de algum aspecto decisivo. Um primeiro exemplo, já analisado aqui, é o do capítulo 67, no qual Dona Glória, muito doente, de fato corre risco de vida, e Bentinho pede a Deus que a salve, graça a ser paga por ele em dinheiro espiritual, dois mil padre-nossos. Como a promessa não é paga, o devedor cinicamente a considera moeda fiduciária—aquela que, mesmo sem lastro, pode ser aceite. Um segundo exemplo está no capítulo 133, “O dia de sábado.” Lembremos a passagem desse capítulo na qual Bento Santiago narra o que sentiu quando trazia consigo o veneno recém-comprado, morte portátil como um relógio de bolso. Nessa passagem, a eternidade e a incorruptibilidade da morte são expressas em mais outra metáfora pecuniária:

Sei que escrevi algumas cartas, comprei uma substância, que não digo, para não espertar o desejo de prová-la. A farmácia faliu, é verdade; o dono fez-se banqueiro, e o banco prospera. Quando me achei com a morte no bolso senti tamanha alegria como se acabasse de tirar a sorte grande, ou ainda maior, porque o prêmio da loteria gasta-se, e a morte não se gasta. (*Dom Casmurro* 244)

Até a morte—“prêmio” que não se gasta—pode ser *comprada* numa trivial farmácia. Nesse papel, de fornecer um meio não para salvar a vida, mas para extingui-la, a farmácia também teria falido, falhado em seu propósito último. Coincidentemente, quando há uma ameaça à vida, uma “falência” da farmácia, as finanças florescem: o boticário virou banqueiro próspero; Bentinho se tornou adulto e assim capaz de dispor de seu próprio dinheiro como bem entendesse, até mesmo para se matar. A morte pode ser comprada, está ao

alcance do bolso, e, do mesmo modo que o dinheiro, é posta na algibeira pelo protagonista. Dessa forma, o dinheiro real compra a possível solução definitiva para a infelicidade de Bento Santiago. No capítulo 137, “Segundo impulso,” o desejo suicida do protagonista cede lugar a um ímpeto assassino. Depois de misturar veneno ao café trazido pelo copeiro, Santiago resolve aguardar que a mulher e o filho saiam para a missa, mas Ezequiel entra no gabinete do pai e corre até ele. A vista do menino lhe dá “outro impulso,” o de matar a criança a quem oferece a xícara de café envenenado. Como se arrepende do gesto a tempo, ainda não é nessa ocasião que se vê livre do filho de uma vez por todas. Mais adiante, no capítulo 145, “O regresso,” Ezequiel, já adulto, retorna da Europa, onde tinha vivido até a morte de Capitu. Após seis meses na casa do pai, o rapaz lhe fala de uma “viagem científica” que tencionava fazer com dois amigos à Grécia, ao Egito e à Palestina. Santiago decide financiar o périplo arqueológico do filho, com a esperança secreta de que ele contraia lepra, doença que não só tinha desfigurado o rosto de Manduca, como tinha matado o rapaz. Assim desejando ou apagar da cara de Ezequiel as feições semelhantes às de Escobar ou dar cabo da suposta prova viva do adultério de Capitu com o melhor amigo, Santiago reconhece intimamente o próprio rancor:

Prometi-lhe recursos, e *dei-lhe logo os primeiros dinheiros precisos*. Comigo disse que uma das conseqüências dos amores furtivos do pai era pagar eu as arqueologias do filho; *antes lhe pagasse a lepra... Quando esta idéia me atravessou o cérebro, senti-me tão cruel e perverso que peguei no rapaz, e quis apertá-lo ao coração, mas recuei; encarei-o depois, como se faz a um filho de verdade; os olhos que ele me deitou foram ternos e agradecidos.* (257)

No capítulo seguinte, “Não houve lepra,” quando o desejo de ver Ezequiel morto se realiza por meio de outra moléstia, Dom Casmurro mostra a tenacidade de seu ressentimento (admitir que o ciúme talvez tivesse sido infundado significaria, se não odiar a si mesmo, ao menos recriminar-se severamente e arrepender-se):

Não houve lepra, mas há febres por todas essas terras humanas, sejam velhas ou novas. Onze meses depois, Ezequiel morreu de uma febre tifóide, e foi enterrado nas imediações de Jerusalém, onde os dois amigos da universidade lhe levantaram um túmulo com esta inscrição, tirada do profeta Ezequiel, em grego: ‘Tu eras perfeito nos teus caminhos.’ Mandaram-me ambos os textos, grego e latino, o

desenho da sepultura, *a conta das despesas e o resto do dinheiro que ele levava; pagaria o triplo para não tornar a vê-lo.* (257–58)

Convém recordar que Santiago já tinha recorrido ao dinheiro para perder Capitu e Ezequiel de vista, excluí-los de seu convívio, bancando os estudos do menino e a permanência de ambos na Europa por tempo indefinido, numa espécie de morte simbólica.

Outro ponto importante com relação ao simbolismo do dinheiro não apenas em *Dom Casmurro*, mas também em outros romances e contos da maturidade do autor, é a freqüente associação entre riqueza material e esterilidade, entre prosperidade e aniquilação da vida, entre dinheiro e ausência de filhos, de confiança, de felicidade, no que diz respeito aos protagonistas desses textos. No capítulo 95 de *Memórias póstumas*, Brás morre sem deixar filhos, como ele mesmo faz questão de frisar na célebre negativa que encerra o livro. A única possibilidade de vir a ser pai—se é que o amante Brás, e não o marido de Virgília, era mesmo responsável por sua gravidez—, logo se desfez, pois a mãe perdeu o bebê “após algumas semanas de gestação” (Assis 238). Ironicamente, se esse filho nascesse não teria o sobrenome Cubas nem herdaria sua fortuna. Em *Quincas Borba* (1891), capítulo 14, Rubião herda todo o patrimônio do criador do humanitismo que, não tendo filhos e não podendo deixar esses bens para seu cão homônimo, lega-os a seu dedicado enfermeiro, desde que cuidasse do animal como se fosse o próprio dono já falecido. Além da herança material, Rubião de certa forma herda também o destino de Quincas Borba, morrendo louco e sem filhos. Em *Esau e Jacó*, Pedro e Paulo, filhos gêmeos de um rico capitalista e diretor de banco,¹⁶ apaixonam-se pela mesma moça, Flora, que adoece com uma febre e morre. Sem esquecer outro novo-rico, Nóbrega, que chega a pedi-la em casamento pouco antes da doença fatal. No penúltimo capítulo do romance, os gêmeos, que passaram a vida brigando um com o outro, perdem a mãe, vitimada pelo tifo. No *Memorial de Aires*, o abastado gerente de banco Aguiar¹⁷ e a esposa não conseguem ter descendentes, e essa “orfandade às avessas,” como diz o conselheiro, só encontra “um paliativo” em dois filhos não “de verdade, mas só de afeição,” Tristão e Fidélia. O pai da moça, um barão do café, rompe com a filha quando esta desposa o filho de seu inimigo e continua recusando-se a vê-la até mesmo depois de saber que ficou viúva. A reconciliação entre Fidélia e o velho barão de Santa-Pia só se faz quando ele sofre uma “congestão cerebral” que termina por levá-lo à morte. No conto de *Histórias sem data* (1884), “Anedota pecuniária,”

o avarento milionário Falcão não só não se casa e não tem filhos, mas ainda “vende” as duas sobrinhas que sucessivamente toma como filhas adotivas. No conto de *Várias histórias*, “Entre santos,” já discutido aqui, o rico muquirana Sales é casado, sua família, porém, resume-se à esposa agonizante.

Em *Dom Casmurro*, a associação mencionada já se verifica no caso dos pais do protagonista. Como assinalou Paul Dixon, enquanto a fortuna dos futuros pais de Bentinho aumentava, sua felicidade era abalada pela falta de filhos (117). Para que o segundo bebê não nascesse morto como o primeiro, Dona Glória prometeu tornar esse filho padre se ele fosse homem, o que equivale a uma castração. Embora tivesse permitido cancelar o futuro eclesial de Bentinho, pagando as despesas de um órfão pobre que entraria no seminário e se ordenaria padre no lugar dele, o dinheiro não garantiria a perpetuação do nome da família. Por acreditar que tinha encontrado substituto tanto na carreira eclesiástica quanto na conjugal, Bento Santiago desejou matar, ora literal, ora simbolicamente, aquele filho que, biológico ou não, tinha sido criado por ele até então e tinha recebido seu sobrenome. E assim, Dom Casmurro, herdeiro rico e advogado de sucesso, renunciou a uma paternidade antes tão ansiada e que demorou a vir. Recordemos estes dois trechos do início e do fim do capítulo 104, “As pirâmides”:

Ao fim de dois anos de casado, salvo *o desgosto grande de não ter um filho*, tudo corria bem [...].

Como eu um dia dissesse a Escobar que lastimava não ter um filho, replicou-me:

—Homem, deixa lá. Deus os dará quando quiser, e se não der nenhum é que os quer para si, e melhor será que fiquem no céu.

—Uma criança, *um filho é o complemento natural da vida*.

—Virá, se for necessário.

Não vinha. Capitu pedia-o em suas orações, eu mais de uma vez dava por mim a rezar e a pedi-lo. *Já não era como em criança; agora pagava antecipadamente, como os alugueis da casa.* (*Dom Casmurro* 208–9; itálicos nossos)

A respeito dessa passagem final do capítulo, cito a valiosa observação de Paul Dixon, segundo a qual: “[...] antes de Bentinho sair do seminário e se casar com Capitu, os protagonistas são retratados como devedores que tentam pagar uma imensa dívida,”¹⁸ contraída por Dona Glória antes mesmo de o filho nascer. “Depois do casamento,” prossegue Dixon, “essa dívida parece ter sido paga, e os protagonistas passam à posição oposta de poupadores que pagam adiantado

em suas transações espirituais.”¹⁹ E o mesmo crítico acrescenta: “Antes do casamento, ele está, figurativamente falando, endividado. No entanto, o dinheiro simboliza sua esperança de felicidade. Depois do casamento, suas dívidas estão pagas, mas o dinheiro de que ele agora dispõe começa a ficar associado à amargura e à angústia.”²⁰ Essa mescla recorrente de assuntos espirituais a conceitos ou fatos do universo econômico, mescla que antes permitiu a Bentinho converter orações em moeda, agora permite ao protagonista já casado ver o ato de rezar pedindo um filho como pagamento antecipado. A comparação com o pagamento dos “aluguéis da casa” não deixa de ser sugestiva, se pensarmos que esse pagamento, ainda que antecipado, não torna a casa propriedade do inquilino, assim como as repetidas orações feitas por Bento antes de Capitu engravidar não tornam Ezequiel filho dele, ao menos a seus olhos.

Notas

¹ Veja-se a “teoria do benefício” proposta por Quincas Borba no capítulo 149 de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

² Juridicamente, “sociedade” designa o “contrato consensual pelo qual duas ou mais pessoas se obrigam a reunir esforços ou recursos para a consecução dum fim comum” (*Aurélio*). “Sociedade civil” é toda “associação não estabelecida por leis comerciais, logo sem visar lucro, regida pelo Código Civil” (*Houaiss*), ou toda “associação que não tem por objeto atos de comércio” (*Aurélio*). “Sociedade comercial” é um “contrato em que duas ou mais pessoas estipulam pôr em comum os seus bens, total ou parcialmente, ou, ainda, a sua indústria, para praticar habitualmente atos de comércio e dividir os lucros e perdas que houver” (*Aurélio*).

³ Em *La Princesse de Clèves*, de Mne de Lafayette lê-se: “[...] o amor estava sempre misturado aos negócios; e os negócios, ao amor” (56; tradução minha). Coincidentemente, o termo “comércio” é empregado nesse romance da autora, inúmeras vezes, no sentido figurado de relações interpessoais ou relacionamento, sem caráter pejorativo.

⁴ No capítulo 12, “Na varanda,” lemos: “Capitu chamava-me às vezes bonito, mocetão, uma flor” (*Dom Casmurro* 82). No capítulo 35, “O protonotário apostólico,” afirma Dona Glória acerca de Bentinho: “—Há de ser padre, e padre bonito” (120). No capítulo 97, “A safada,” diz o narrador, cheio de si: “[...] sentia já, debaixo do recolhimento casto, uns assomos de petulância e de atrevimento; eram do sangue, mas eram também das moças que na rua ou da janela não me deixavam viver sossegado. Achavam-me lindo, e diziam-no; algumas queriam mirar de mais perto a minha beleza, e a vaidade é um princípio de corrupção” (201).

⁵ Eis o comentário de José Dias a respeito do desafio: “—[...] em segredinhos, sempre juntos. Bentinho quase que não sai de lá. A pequena é uma desmiolada; o pai faz que não vê; tomara ele que as cousas corresse de maneira, que... [...] [A] senhora não crê em tais cálculos, parece-lhe que todos têm a alma cândida...” (*Dom Casmurro* 70).

⁶ Segundo o narrador-protagonista, a vida só teria de fato principiado para ele com a denúncia de José Dias, com essa “revelação da consciência a si própria” (*Dom Casmurro* 83), revelação na qual o adolescente se descobre apaixonado. E José Dias só pôde denunciar Bentinho à família e a si mesmo porque a mãe do rapazinho de 15 anos prometera fazê-lo padre caso vingasse, ao

contrário do primeiro filho, nascido morto. Portanto, a “ópera” *Dom Casmurro*—ver “A ópera” (78) e “Aceito a teoria” (80)—não começa pelo duo Bentinho-Capitu, nem pelo trio Dona Glória-Bentinho-Capitu, em que o contralto e o soprano lutam pelo tenor, mas já se inicia pelo quarteto José Dias-Dona Glória-Bentinho-Capitu, em que o agregado se associa à mãe de Bentinho, cuja dívida com Deus e cuja autoridade manipula em benefício próprio e também contra seu rival Pádua, ou seja, contra a aliança entre a “filha do *Tartaruga*” (70) e o filho da viúva Santiago. Acerca da disputa entre Capitu e a mãe de Bentinho, ver: (91–92, 94); (97–98); (28); (33). Cito apenas um parágrafo desse último capítulo: “—Se você tivesse que escolher entre mim e sua mãe, a quem você escolhia?” (133). Sobre a rivalidade entre José Dias e Pádua, ver: (70); (87); (90); (41).

⁷ Remeto aqui ao indispensável ensaio de Roberto Schwarz, “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*,” no qual destaco, em particular, sua análise comparativa dos comportamentos de José Dias e Capitu, sua descrição da conduta de Bento Santiago, pouco propenso à relação entre iguais, bem como a discussão minuciosa de passagens deste (24–27) e de outros capítulos.

⁸ Várias das passagens aqui discutidas são também analisadas por esse autor. Julgo desnecessário assinalar os pontos de contato e as diferenças ou complementaridades entre nossos estudos, atendo-me às observações desse autor que me pareça conveniente sublinhar. O mesmo vale para a análise realizada por Therezinha Mucci Xavier, no livro *Verso e reverso do favor no romance de Machado de Assis*, cujo capítulo “Favores espirituais: suporte de *Dom Casmurro*” cito mais adiante.

⁹ Sobre a invenção desse significado, que o narrador indevidamente atribui ao vulgo, escreveram Helen Caldwell e Marta de Senna. A autora americana pergunta: “Mas o que acontece se consultarmos dicionários? A definição que ele não deseja que vejamos é esta: ‘aquele que é teimoso, implicante, *cabecudo*.’ Talvez porque pudéssemos achar que a definição padrão antiga se aplica melhor a Santiago do que aquela que *ele* fornece.” Em nota, Caldwell acrescenta: “Em anos mais recentes, os dicionários de português ampliaram a definição de ‘casmurro’ de modo a incluir o significado especial dado por Santiago” (*O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro* 20, 21). “Na primeira edição do dicionário Caldas Aulete, de 1884, possivelmente o que Machado teria em casa (apesar de não constar do inventário de Jean-Michel Massa),” só há a primeira acepção, observa Marta de Senna, para em seguida comentar numa nota: “É curioso como Machado e Sterne se comprazem nessa espécie de brincadeira lexicográfica.” (“*Dom Casmurro*: a loucura oblíqua e dissimulada” 95). No décimo capítulo de seu livro, Caldwell lembra que Machado consultava o Caldas Aulete, segundo atesta, por exemplo, sua crônica de “A Semana,” publicada na *Gazeta de Notícias*, em 25 de Novembro de 1894, na qual cita esse dicionário.

¹⁰ No primeiro capítulo do livro, já se enuncia tal hipótese interpretativa: “O título desse capítulo é ‘Uma ponta de Iago’; desse ponto em diante, o Otelô-Santiago toma para si também o papel de Iago, manipulando seus próprios lenços para atizar o furor de seu próprio ciúme.” Vale recordar ainda o fim de um parágrafo crucial do segundo capítulo, intitulado justamente “O lenço de Desdêmona,” por desdobrar a hipótese mencionada: “Na peça de Shakespeare, o amor de Otelô é atacado de fora pela inveja, o ódio e o dolo de Iago. Em *Dom Casmurro*, a disputa tem lugar dentro do mesmo homem” (Caldwell, *O Otelô* 25, 41).

¹¹ Veja-se *O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*, de Helen Caldwell (36–38). A assimilação do narrador-protagonista a Iago tem conseqüências para sua caracterização no aspecto pecuniário, como veremos na leitura de Caldwell.

¹² Veja-se “Favores espirituais: suporte de *Dom Casmurro*,” de Therezinha Mucci Xavier (72). No capítulo 80 do romance, o narrador recorda ao leitor: “[...] a minha carreira eclesiástica era objeto de promessa feita quando fui concebido.” Além disso, atribui retrospectivamente a Dona Glória um hipotético questionamento a respeito do favor divino (sempre em conformidade com seu interesse, claro), questionamento que termina narrando não como suposição dele

sobre o que iria pela cabeça da mãe na época, mas como fato: “Por que é que Deus a puniria negando-lhe um segundo filho? A vontade divina podia ser a minha vida, sem necessidade de lha dedicar *ab ovo*. Era um raciocínio tardio; *devia ter sido feito* no dia em que fui gerado” (178–79).

¹³ A autora anota exemplos romanescos desse traço estilístico recorrente em Machado—as “metáforas concretizadoras que apalpm a experiência do cotidiano,” como estes dois de *Dom Casmurro*, entre outros: “desde que não mete a alma no purgatório” (223); “José Dias desfechou-lhe dous superlativos” (193). Veja-se *Metáfora, o espelho de Machado de Assis*, de Dirce Riedel Côrtes (74–75).

¹⁴ “No romance de Machado, o dinheiro entra em jogo tanto literal quanto figurativamente. Em ambos os casos, seu simbolismo está carregado de emoção: ele se torna questão de vida ou morte” (Dixon 116; tradução minha).

¹⁵ “Paga sua dívida espiritual com dinheiro vivo” (Dixon 118; tradução minha).

¹⁶ Sobre a situação financeira privilegiada dos filhos de Natividade e Agostinho Santos, ver *Esau e Jacó*: “Que eles eram já doutores, posto não houvessem ainda encetado a carreira de advogado nem de médico. Viviam do amor da mãe e da bolsa do pai, inesgotáveis ambos” (211).

¹⁷ Sobre o cabedal de Aguiar ver *Memorial de Aires*: “Não falei das ações do Banco do Sul, nem das apólices, nem das casas que o Aguiar possui, além dos honorários de gerente; terá uns duzentos e poucos contos” (85).

¹⁸ Tradução minha. No original, lê-se: “Before departure from the seminary and before Bentinho’s and Capitu’s marriage, the protagonists are portrayed as debtors, trying to pay off a formidable obligation” (Dixon 120).

¹⁹ Tradução minha. No original, lê-se: “After the marriage, the debt appears to have been satisfied in full and the protagonists are in the contrary position of being savers and paying cash in advance for their spiritual transactions” (Dixon 120).

²⁰ Tradução minha. No original lê-se: “Before his marriage he is, figuratively speaking, in hock. Yet Money symbolizes his hopes for happiness. After marriage, his debts are paid but the money He now possesses begins to acquire the associations of bitterness and anxiety” (Dixon 120).

Obras Citadas

- Assis, Joaquim Maria Machado de. “A igreja do diabo.” *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 57–65. Impresso.
- . “Anedota pecuniária.” *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 146–55. Impresso.
- . *Dom Casmurro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Impresso.
- . “Entre Santos.” *Várias histórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 67–74. Impresso.
- . *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975. Impresso.
- . *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Impresso.
- . *Quincas Borba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Impresso.
- . *Obras completas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. Impresso.
- Caldwell, Helen. *O Otello brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Impresso.
- . *The Brazilian Othello of Machado de Assis: A Study of Dom Casmurro*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1960. Impresso.

- “Contrato.” Def. *Dicionário Aurélio eletrônico, século XXI*. Versão 3.0. 1999. Web.
- . Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- Dixon, Paul. *Retired Dreams: Dom Casmurro, Myth and Modernity*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1989. Impresso.
- “Escriutar.” Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- Guimarães, Hélio de Seixas. “*Dom Casmurro* e o leitor lacunar.” *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004. 215–38. Impresso.
- Lafayette, Mme de. *La Princesse de Clèves*. Paris: Larousse, 1995. Impresso.
- “Moeda fiduciária.” Def. *Dicionário Aurélio eletrônico, século XXI*. Versão 3.0. 1999. Web.
- . Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- “Peitar.” Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- “Promessa.” Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- Riedel, Dirce Côrtes. “Lucros e perdas.” *Metáfora, o espelho de Machado de Assis*. 2ª ed. São Paulo: Francisco Alves, 1979. 73–79. Impresso.
- Santos, Wellington de Almeida. “*Dom Casmurro* e os farrapos de textos.” *Machado de Assis, uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998. s.d. Impresso.
- Schwarz, Roberto. “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*.” *Dois Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 7–41. Impresso.
- Senna, Marta de. “*Dom Casmurro*: a loucura oblíqua e dissimulada.” *O olhar oblíquo do bruxo: ensaios em torno de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. s.d. Impresso.
- Shakespeare, William. *Otelo*. Trad. Onestaldo de Pennafort. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Impresso.
- “Sociedade.” Def. *Dicionário Aurélio eletrônico, século XXI*. Versão 3.0. 1999. Web.
- . Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- “Sorte.” Def. *Dicionário Aurélio eletrônico, século XXI*. Versão 3.0. 1999. Web.
- . Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- “Vadio.” Def. *Dicionário Aurélio eletrônico, século XXI*. Versão 3.0. 1999. Web.
- . Def. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. 2001. Web.
- Xavier, Therezinha Mucci. “Favores espirituais: suporte de *Dom Casmurro*.” *Verso e reverso do favor no romance de Machado de Assis*. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1994. 71–79. Impresso.

Bluma Waddington Vilar is a translator and a writer. As a postdoctoral fellow at Fundação Casa de Rui Barbosa / CNPq, she has worked on a research project about money, ethics, and figurative language in the last five novels of Machado de Assis. She has articles on the work of Machado published in journals such as *Portuguese Literary & Cultural Studies* and *Machado de Assis em linha: revista eletrônica de estudos machadianos*. She is also the author of a book for children, *Idéias de um menino cismado* (2004). Email: bwv@terra.com.br